

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

Luciane Bresciani Lopes

**CONCEPÇÃO, PERCEPÇÃO E DEFESA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS
REPORTAGENS JORNALISTICAS:
A CONTRAMÃO DA INCLUSÃO**

Porto Alegre

2009

Luciane Bresciani Lopes

**CONCEPÇÃO, PERCEPÇÃO E DEFESA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS
REPORTAGENS JORNALISTICAS:
A CONTRAMÃO DA INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, do Programa de Pós - Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador:

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Porto Alegre

2009

Para Ernesto Bresciani, razão e incentivo
para toda e qualquer luta...

Ao final deste caminho percorrido gostaria de agradecer...

... em primeiro lugar, minha mãe que sempre acreditou na minha possibilidade de crescimento e de realização do que em acreditava ser impossível....

... ao meu querido filho Ernesto Bresciani, por ter entendido que a mamãe precisava ausentar-se por vários dias, e que mesmo com saudade sempre me recebia com alegria.

... ao meu companheiro Adriano Rossetti, que muito colaborou para que esse caminho pudesse ser concluído, obrigado pelo apoio, dedicação e, sobretudo, parceira para realizar tudo o que me dispus a fazer.

... ao meu querido, atencioso e dedicado orientador, que paciente colaborou para que tudo pudesse se sair bem ao final desta caminhada.

... a colega Elite Simon, pelos divertidos momentos que passamos juntas, em especial, meu agradecimento à colega Cristina Proença, pelas caronas, pelas discussões que nos levaram da UFRGS até o encontro das nossas famílias...

A vocês meu muito obrigado, sozinha nada seria possível.

RESUMO

A partir da pesquisa realizada, foi possível perceber que as concepções de educação especial apresentadas nas reportagens analisadas ainda referem-se a esta modalidade de ensino da educação básica como um ato de vocação, e compreendido fora contexto educacional. No que se refere à percepção dos sujeitos da educação especial, estes ainda permanecem vistos dentro da deficiência e não a partir das suas possibilidades. Neste sentido, a manutenção dos espaços especializados, assim como defendem as reportagens analisadas, tratam de aumentar o abismo entre os diferentes indivíduos que compõem a sociedade. Para a construção desta investigação a metodologia adotada foi a de coleta material jornalístico junto à Zero Hora, para o levantamento do material foram utilizadas as palavras-chaves *educação especial* e *inclusão*. A escolha das palavras educação especial e inclusão, não possuem significado oposto no contexto educacional, entretanto, a palavra educação passa a ter sentido de escola. A escolha pelas duas palavras-chaves tem o sentido de trazer a tona o que tem sido escrito sobre esta temática. Observando os avanços apresentados pela contextualização histórica, no que tange o processo de desenvolvimento e estruturação da educação especial, percebe-se a clara divisão dos períodos da educação a partir do quadro proposto por Hugo Beyer. Em consonância com a análise das reportagens, é possível concluir que os discursos, presentes no meio midiático analisado, permanecem presos ao paradigma da segregação, como o caso da defesa da educação especializada. É possível observar nos discursos impressos, existe uma tentativa de integração, mas as ações que dizem respeito ao processo de inclusão estão longe de serem efetivadas, devido à forte presença do discurso que valorizam os espaços especializados com única alternativa de educabilidade dos sujeitos da educação especial.

Palavras – chaves: 1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Discursos Midiáticos.

LOPES, Luciane Bresciani. **Concepção, Percepção e Defesa da Educação Especial nas reportagens jornalísticas: a contramão da inclusão.** Porto Alegre, 2009. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós – Graduação. Porto Alegre, 2009.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	10
3 O POSICIONAMENTO DA MÍDIA E OS DISCURSOS PRESENTES NO JORNAL ZERO HORA	20
3.1 DISCURSOS PRESENTES NAS MATÉRIAS DO JORNAL ZERO HORA: A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	23
3.2 PERCEPÇÃO DO SUJEITO COM NECESSIDADE ESPECIAL	25
3.3 A DEFESA DA ESCOLA ESPECIAL	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	36

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho são os discursos sobre a temática da educação especial veiculados nas matérias do jornal Zero nos últimos anos. A proposta de trabalho surge da necessidade de perceber a educação especial para além das concepções didáticas e propostas de intervenções e metodologias possíveis para um grupo de sujeitos com características semelhantes. É necessário para compreensão das políticas públicas que tratam da educação especial e a percepção de como ela tem de efetivado na sociedade, analisar como e que tipo de informação tem chegado aos lares gaúchos. A escolha do jornal Zero Hora, como meio midiático a ser investigado, tem relação com sua grande circulação em nosso estado e sua repercussão nacional.

Os objetivos traçados para elaboração da pesquisa estão envolvidos em três eixos: a) realizar um levantamento histórico que dê conta de apresentar as transformações da sociedade e dos espaços destinados à educação especial ao longo dos tempos; b) demonstrar a importância da mídia no contexto social, no caso específico desta pesquisa, a mídia a ser observada é o jornal; c) analisar o discurso das matérias, extraídas, do jornal Zero Hora, observando o lugar destinado à discussão da educação especial, levando em conta os autores que escrevem as matérias e que discurso estes produzem.

Vinda de uma formação preocupada com o olhar sobre a sociedade, e as questões referentes à importância de uma educação que de conta de abranger os sujeitos que compõem esta sociedade, acredito na necessidade de produzir uma educação inclusiva. Neste sentido, para alcançarmos este objetivo comum dos agentes educacionais preocupados com a inclusão, é necessária a conscientização da sociedade sobre a importância da atitude de incluir. Para tanto, no primeiro objetivo a ser discutido neste trabalho, será realizado um levantamento de argumentos que propõem a inclusão dos sujeitos com necessidades especiais em classes regulares, como uma alternativa a educabilidades destes sujeitos. Fundamentado em bases históricas, que demonstram as várias etapas históricas da educação, a proposta é

analisar as mudanças ocorridas no cenário da educação, demonstrando a necessidade de incluir como uma possibilidade de avanço na campo de educação.

No primeiro momento, histórico, é possível observar um movimento de afastamento e negação dos sujeitos com necessidades especiais, com a criação de asilos e manicômios e até a eliminação destes sujeitos da sociedade. No segundo momento, já se percebe uma proposta de aproximação, ou melhor, um movimento de percepção das diferenças e reconhecimento da diversidade, entretanto os indivíduos com necessidades especiais são mantidos em instituições especializadas em atender um grupo determinado de sujeitos. O terceiro momento, que seria de integração e futura inclusão dos sujeitos da educação especial junto aos alunos do ensino regular ainda esta longe de se efetivar.

Observa-se toda uma movimentação no campo das políticas públicas, mas a efetivação da legislação de tange a educação especial ainda acontece de maneira isolada por parte das instituições públicas e privadas. A idéia de que os espaços especializados sejam a única alternativa de educabilidade dos sujeitos com necessidades especiais, e sua manutenção tem retardado a ampliação de uma rede inclusiva que abranja os diferentes indivíduos, neste sentido a manutenção das escolas especiais, que tinham o caráter provisório e não permanente na educação dos sujeitos que compões a educação especial, tem representando um momento estagnação no processo que deveria ser de desenvolvimento da educação especial.

O segundo objetivo a ser trabalhado está vinculado ao posicionamento da mídia dentro da sociedade, neste caso, a mídia analisada será o jornal. Sabe-se que os jornais, como todo o meio de comunicação de massa, através de seu discurso tem o poder de valorizar as questões que consideram pertinentes, desconsiderar algumas e se calar para outras tantas. Fischer (2002) afirma que a proposta de investigar os produtos midiáticos e seus públicos devem ser tecida a partir de uma genuína preocupação com a história do presente, com atenção naquilo que hoje se faz urgente. Sendo assim, pesquisar sobre as matérias jornalísticas é tomar conhecimento não só das intenções expostas no discurso veiculado pelas matérias jornalísticas, mas compreender a organização da sociedade frente às mudanças relacionadas à educação

especial, e também perceber quais as preocupações e compreensões desta temática pelo público leitor, que também se propõe a escrever matérias para o jornal.

O terceiro, e último, objetivo a ser trabalhado neste trabalho procura dar visibilidade à importância de pesquisar as reportagens veiculadas pelo jornal Zero Hora, nos últimos anos, como possibilidade de analisar o que está sendo apresentado a sociedade gaúcha sobre o processo de inclusão escolar. Para tanto é necessário observar que atenção tem sido dada a temática da educação especial, analisando desde de a autoria do texto, até o posicionamento das matérias no contexto do jornal. Em especial, analisar como os discursos apresentados nas reportagens tratam das relações estabelecidas na educação dos sujeitos com necessidades especiais e como com o processo de inclusão.

Entendendo que os discursos produzidos pelos meios de comunicação são uma construção social da realidade, visto que os acontecimentos sociais desencadeiam a produção das matérias, como práticas sociais, as matérias jornalísticas, apresentam as relações de poder estabelecidas pela sociedade. Com o propósito de produzir significados, valores e novos modos de agir e pensar sobre o mundo, analisar as notícias seria uma possibilidade de perceber os significados dados a educação especial pelos autores, - que nem sempre são vinculados ao núcleo jornalístico do jornal em questão - no sentido de perceber as possíveis interpretações sobre a educação especial que circulam no contexto social.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Compreender a educação e suas transformações é um exercício de pensar a história de toda a humanidade. Enguita já apontava que é possível sugerir que a chave não está na escola, mas na sociedade em torno dela. As escolas são, ou tendem a ser, conservadoras e reprodutoras quando a sociedade é estável e estática; progressista e transformadora quando a sociedade é mutável e dinâmica.

Sendo assim, o modo de escolarização estruturado e propagado durante o período Feudal pode ser compreendido, dentro das divisões propostas por Enguita, como uma fase de mudança *suprageneracional*, onde a sociedade, para a imensa maioria da população permanece em um contexto estático. Dentro deste contexto, onde as mudanças se dão de forma lenta, as escolas, aos moldes institucionais que conhecemos hoje, não tinham necessidade de existir, as comunidades davam conta de ensinar aquilo que consideravam importante.

A educação neste tipo de sociedade não pode ser caracterizada como uma força transformadora, porque somente reproduz a estrutura social da sociedade em discussão. Toda a transmissão social e cultural, que incluía os aprendizados de atividades produtivas, das artes do trabalho no campo e na cidade, se dava por meio de convivência e da oralidade, lembra Ribeiro. Em outras palavras, assim como explicita Enguita, não é preciso escolas nem professores cada indivíduo sabe mais ou menos o que a sociedade sabe, e as destrezas somadas de homens e mulheres resumem praticamente o saber social global.

Outra especificidade do período feudal é a “ausência da infância”, grifo ausência porque esta não se dá pela falta desta etapa no período em questão, mas refere à negação, ou melhor, o desconhecimento da infância, como etapa importante na vida das pessoas. Neste sentido, não havia uma divisão entre etapas do desenvolvimento humano e o ensino escolar, por isso era comum encontrarem meninos de 10-14 anos na mesma sala com rapazes de 19-25 anos, afirma Ribeiro.

Os alunos sempre estavam vinculados aos seus professores, que na realidade eram tutores que os acompanhavam por um tempo indeterminado. O processo de

aprendizagem se dava pelo próprio processo de incorporação ao trabalho. Não havia uma previsão de tempo para a superação de cada etapa, os avanços e o momento do afastamento ocorria de forma natural, no ritmo ditado pela vida. Ao tratar do ritmo em que se processam as construções dos sujeitos, é possível observar que com advento da modernidade o tempo passa a ter uma outra forma de valorização na vida social e também no ambiente escolar:

Desde a segregação que ele induz na separação dos adolescentes por idade, passando pela organização das atividades por horas, estruturando e distribuindo conteúdos escolares por séries e graus, pressuposto de gradação metodológica, as dimensões do tempo foram apropriadas pelo novo modo de escolarização. (RIBEIRO, 2006, p.59)

Se o tempo serviu para a regulamentação da escolarização, é inegável a importância do espaço escolar - agora delimitado com prédios próprios à atividade de ensinar - para a consolidação do novo modelo educacional, fruto dos acontecimentos históricos identificáveis no contexto de crise do sistema feudal. Mas as mudanças devem ser percebidas para além da regulamentação da vida humana pelo tempo e espaços agora constituídos. A nova forma de educar está intimamente relacionada ao ensino da escrita e substituição dos tutores, também identificados como detentores dos conhecimentos de uma determinada comunidade, pelos professores, neste sentido Enguita aponta que:

Quando as velhas gerações já não podem introduzir as mais novas no mundo que as espera, as instituições naturais, especificamente a família e a comunidade imediata, perdem em grande parte suas funções educativas. Requerem-se, ao contrário, instituições novas e agentes próprios, e é justamente isso o que serão, antes de tudo a escola e o magistério.(...) Por isso, é um período no qual o magistério se sente incumbido de uma missão, de um propósito que lhe foi atribuído e é reconhecido pela sociedade.(ENGUITA, 2004, P.17-18)

Em quanto os professores, neste período, também conhecido como modernidade, no contexto europeu e tardiamente no contexto brasileiro, alcançavam o

status de intelectual, em uma perspectiva de mudança *intergeracional*¹, como suponha Enguita, o magistério vivia a época dourada, para tanto é necessário que analisemos as estruturas históricas. Ao passo que a manufatura começa a tomar o lugar dos artesãos não é mais possível aprender fazendo com os mais velhos. As instituições educacionais, que neste período devem ser observadas na fragmentação entre os colégios e as escolas de caridade, são marca profunda da constituição do capitalismo e sua forma de fragmentar o ser humano através da educação para o trabalho.

Apenas no século XX, observam-se políticas voltadas a uma escolarização inclusiva e efetivamente universalizadora resultante da ação de forças e agentes sociais novos, como as classes sociais em luta, os Estados Nacionais e seus interesses em promover a escolarização, a aceleração das mudanças produtivas, a importância do conhecimento científico, a valorização da escola como promotora da educação de trabalhadores, a luta emancipatória da mulher, a descoberta da criança e da pesquisa psicológica. (RIBEIRO, 2006, p. 54)

É necessário levar em conta os aspectos apontados por Ribeiro na citação a cima, entretanto, devemos ter claro que mesmo voltada para um público mais heterogêneo, as contradições permanecem presentes nestas instituições. A agora denominada *escola elementar única*, não mais predominantemente privada e confessional, concebida como uma *benesse*, assim como ressalta o autor, neste momento passa a se tornar uma obrigação do Estado. O modo de escolarização contemporâneo pode ser analisado como uma mudança *intrageneracional*, que não apenas impõem que cada geração se incorpore a um mundo distinto daquele da anterior, mas que ela própria passe por vários mundos distintos.

Num universo em que as mudanças se desenvolvem em uma velocidade diferente das etapas anteriores não é de se estranhar às dificuldades dentro do cenário educacional. A nova aprendizagem carrega a premissa básica do *aprender a aprender*, que nada mais significa, que a atualização permanente dos sujeitos sociais. Assim percebe-se um dos pontos de crise do magistério. Se na modernidade ele se corporifica a fim de cumprir com a tarefa de formação tanto moral quanto profissional, antes dada

¹ Mudanças de tal envergadura e profundidade que, por si mesmas, representam, cada uma delas, a passagem a um mundo distinto do anterior. ENGUITA, Mariani Fernández. A Educação e a Mudança Social. In: **Educar em Tempos Incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

pela família, agora se vê perdido no tempo, seja por falta de aperfeiçoamento do pessoal, mas com toda a certeza, por falta de modernização do modo de ensinar.

Vivemos imersos em um mundo de altas tecnologias acessíveis à vida cotidiana e de informações abundantes, caóticas e dispersas, em que as imagens visuais prevalecem sobre a linguagem verbal, oral e escrita. Frigotto afirma que a educação parece não estar seguindo este ritmo. Por mais que a educação tenha se propagado para o atendimento das camadas populares, esta atitude surge das manifestações, mas também só é atendida como forma de garantia da ordem. Enquanto os professores ensinam, também mantém a grande maioria da população sob o controle do Estado. Alienados e doutrinados para desempenhar o seu papel na sociedade, não tem consciência para lutar pelo que é de direito, no caso uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva que de conta dos seus sujeitos de hoje.

Ignorada por grande parte dos dirigentes a educação inclusiva surge da necessidade de atender todas as crianças. Entretanto, assim como propõe Mantoan, os caminhos percorridos até então pela escola brasileira para a acolhida da diversidade escolar, indistintamente, tem se chocado com o caráter excludente, segregativo e conservador do nosso ensino, em todos os seus níveis: do básico ao superior. Historicamente nunca foi possível observar a existência de uma escola capaz de acolher as crianças sem critérios de seleção e uniformização, afirma Beyer, sendo assim, a verdadeira escola para todos permanece sendo uma esperança alicerçada em leis.

A afirmação é feita através da análise de políticas públicas visto que na medida em que a estrutura recomendável e discutida entre os profissionais envolvidos no planejamento da política, não são visualizadas na realidade das escolas brasileiras, tão pouco no estado do Rio Grande do Sul. Diminuindo custo com o fechamento das escolas especiais e inviabilizando a educabilidade dos sujeitos no ensino regular, é possível perceber que as questões a serem discutidas estão relacionadas ao modelo de instituição escolar estabelecida na idade moderna, ainda presente sociedade atual. Não só uma questão financeira, mas a exigência de pensar que somos diferentes entre si, é capaz de modificar o modelo de escola regulamentado pelo tempo e fragmentado por disciplinas que ignoram a heterogeneidade da sociedade. Reconhecer a multiplicidade

dos sujeitos é avançar no processo de inclusão escolar na modalidade de educação especial.

A discussão sobre a educação especial é posterior ao início do tratamento dado às pessoas consideradas anormais pela sociedade. É válido refletir sobre o conceito de anormalidade apresentado por José Geraldo Bueno, no sentido de esclarecer a razão pelo qual utilizo este, e não outro conceito para fazer referência aos sujeitos com deficiências ou necessidades educacionais especiais.

José Geraldo Bueno afirma que o conceito anormalidade quando surge é associado diretamente com o termo doença - daí uma das explicações da falta de material referente a educação destas crianças e até a tardia aparição de instituições capazes de promover a educação destes indivíduos - estando estes sujeitos envolvidos apenas pela medicina até meados do século XVII. Os anormais eram internados em hospícios como forma de proteção do meio social dos delírios e manifestações individuais que interferiam na nova ordem social que estava se configurando.

Com a constituição da escola moderna, no contexto europeu, surge como meio de manutenção da ordem social, neste mesmo momento visualiza-se a construção das primeiras instituições para crianças deficientes voltadas para o atendimento de cegos e surdos. Aparentemente apresentada como uma nova opção para estes sujeitos que antes estavam isolados nos hospícios, com o tempo passam a se configurar em asilos que basicamente preenchiam:

a função de organizadores de mão-de-obra barata, que retiravam os desocupados da rua e os encaminhavam para um trabalho obrigatório, manual e tedioso. (...) Isto é, além de cumprir com a função de separação objetiva do anormal do meio social em geral, o fato de o internato manter esses indivíduos dentro de seus muros, com vida praticamente auto-suficiente, conformou-se de tal forma que esta dependência a instituições foi se constituindo como "fato natural". (BUENO, 2006, p. 168)

Historicamente o espaço escolar se caracterizou como um lugar privilegiado de um determinado grupo de sujeitos, e com atitudes excludentes legitimou através de suas políticas e práticas a reprodução da ordem social vigente. Os "depósitos" de pessoas com deficiência passaram a ser substituído, paulatinamente, por escolas e classes especiais – não pretendo comparar as estruturas e sim sinalizar que os

espaços mudaram de nomes, mas continuam dividindo a sociedade entre os “normais” e a “anormais”, neste sentido Carvalho aponta que estes indivíduos:

Socialmente percebidos como incapazes e improdutivos e biologicamente considerados "anormais", ficam erroneamente na condição de clientes, como se fossem dependentes de proteção institucionalizada, porque são doentes. Sob essa falsa e perversa ética, têm sido privados do direito de acesso à escola pública, o que gera a necessidade de se criarem as escolas especiais, para oferecer-lhes o atendimento especializado.(CARVALHO, 1994, p. 06)

No que tange as questões referentes ao contexto brasileiro com referência ao atendimento especializado, segundo a contextualização apresentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva²:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento especializado substituindo o ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.(PNEE, 2008, p. 07)

Não se trata somente de criticar a existência dos espaços especializados, tão pouco desqualificar os trabalhos realizados de forma intensa com determinados grupos de sujeitos. A crítica às escolas especiais está relacionada a forma como elas permanecem constituídas em nossos dias. Beyer, afirma que as escolas especiais forma importantes historicamente, mas uma solução transitória não tem ou não deve ter caráter permanente, e de substituição do ensino regular. A presença do educador especializado para o atendimento do aluno com necessidade educativa especial se faz necessária, mas em um novo formato de escola que de conta de integrar a diversidade da sociedade humana. Neste sentido o espaço especializado deixaria de ser fixo, como compreende Beyer, e passaria a ser móvel, dinâmico, que se desloca para atender os alunos do ensino regular, envolvido em uma perspectiva inclusiva. Para tanto é necessário lançar o olhar sobre as questões referentes às legislações para compreender o que tem acontecido no contexto das discussões referentes à inclusão.

² Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho, nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de outubro de 2007, busca em parceria com o Ministério da Educação/ Secretária de Educação Especial visa acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, no sentido de construir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. **Inclusão: Revista de Educação Especial**, Brasília, v. 4, n.1, p.7-17, jan/jun. 2008.

No caso brasileiro a atenção no olhar sobre as legislações está relacionada ao fato de que:

A experiência brasileira de integração ou inclusão escolar reside no fato de que sua história não se assentou sobre a iniciativa de pais, familiares e escolas, porém foi articulada por estudiosos da área e técnicos de secretarias. (BEYER, 2005, p. avaliação)

Sendo assim, o resultado que observamos no contexto escolar, são profissionais que questionam a entrada e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, afirmando estarem despreparados para tal empreitada, percebe-se um descompasso entre a legislação e a realidade escolar. Ao longo do tempo, nas inúmeras discussões a respeito das legislações, no caso mais específico, sobre educação, é comum quem aponte as incoerências entre o que está redigido em lei e o que realmente se realiza nas escolas. Cury aponta as necessidades e importância dos direitos estarem assegurados por lei, por mais que pareçam não acontecer na realidade do dia-a-dia, o seu contorno legal tem forma de obrigação.

Sobre a educação especial, por mais que as propostas de inclusão estejam em pauta há bastante tempo, o fato da legislação brasileira assegurar aos alunos portadores de deficiência vagas e profissionais especializados nas escolas públicas é de inegável valor. Os direitos reconhecidos em lei passam a ser instrumento viável de luta, assim como argumenta Cury, garantia de gerações mais iguais e menos injustas. Visto que declarar um direito é muito significativo. Declarar, nas palavras do autor é retirar do esquecimento e proclamar para os que não sabem.

A garantia de direito à educação é um instrumento para a diminuição das desigualdades e discriminações, é a possibilidade de aproximação com o outro. As mudanças referentes à educação especial, como o fechamento de escolas especiais e a inserção dos alunos no ensino regular, é parte importante na caminhada para a diminuição do preconceito e criação de novas possibilidades tanto aos educando com necessidades especiais, quanto àqueles que aprendem a observar o outro como seu igual na diversidade da sociedade.

Tratando da legislação brasileira, o primeiro momento de referencia a educação especial, ou aos sujeitos da educação especial aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 4024/61 que apontava para o direito dos “excepcionais”

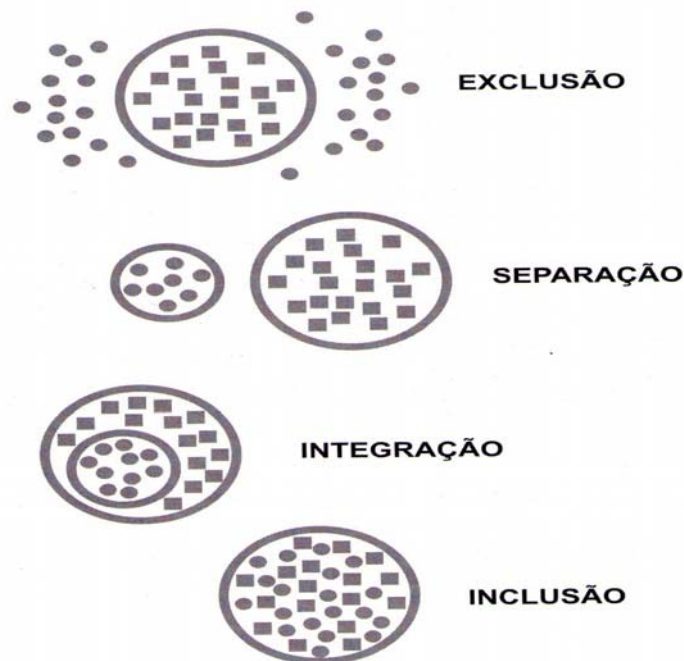
num sistema preferencialmente regular de ensino. No texto da lei 5692/71 é definido o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanta a idade regular de matrícula e os superdotados”, neste período não houve uma organização dos sistemas de ensino que garantissem o atendimento educacional necessário aos alunos e eles acabam sendo encaminhados para as classes e escolas regulares. No ano de 1988 a Constituição Federal define no artigo 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda na Constituição Federal, no artigo 208, garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A década de 90 foi de intenso trabalho no que se refere à elaboração de leis e documentos em defesa da educação inclusiva. Tanto no cenário nacional, quanto internacional os avanços legais são discutidos até os dias de hoje. No Brasil a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 8069/90, passa a determinar a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis de efetivar a matrícula de seus filhos na rede regular de ensino. No mesmo ano a Declaração Mundial de Educação para Todos e depois em 1994 a Declaração de Salamanca, passaram a influenciar as políticas públicas referentes a educação inclusiva no cenário mundial.

A atual LDBEN 9394/96 trás em seu texto a efetivação do direito constitucional, segundo a LDBEN, no artigo 58, é salientado que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. E ainda, no mesmo artigo, para a garantia de qualidade, é explicitado no § 2º que, o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Colaborando com tais afirmações, acompanhando o processo de mudanças nas diretrizes nacionais da Educação Especial, a Resolução CNE/ CEB Nº2/ 2001, no artigo 7, esclarece que, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

Mesmo com todos amparos legais construídos ao longo do tempo e a luta efetiva dos sujeitos por melhores condições de educabilidade, a educação especial sempre se configurou como um sistema paralelo ao sistema educacional, seja por motivos morais ou científicos esta nunca foi entendida como uma modalidade da educação básica. As discussões sobre os processos inclusivos ainda são recentes e até agora não produziram respostas de como educar determinadas crianças e jovens, receita que de certa forma é impossível de ser produzida dado à diversidade que compõe a universo da educação especial. Podemos visualizar a importância das legislações no contexto nacional em incluir em textos oficiais a compreensão da educação especial como modalidade da educação básica e a necessidade de inclusão dos sujeitos com necessidades especiais sempre que possível em escolas de ensino regular, no sentido de compreender a diversidade dos indivíduos.

Para compreender os avanços das políticas e também os processos da educação especial segue o quadro³ desenvolvido por Beyer, que explicita as mudanças históricas e contextualizam as políticas públicas:



Legenda:
 pontos redondos = pessoas com necessidades especiais
 pontos quadrados = pessoas ditas normais
 círculo grande = sistema escolar regular
 círculo pequeno = sistema escolar especial

³ Quadro retirado do livro: BEYER, Hugo Otto. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. Ensaio Pedagógico, Brasil, 2007.

A análise do quadro permite a conclusão de que por muito tempo a escola regular não se ocupou do atendimento das crianças consideradas anormais, sujeitos “não educáveis”, como sugere o próprio Beyer, não possuíam espaço nem direito ao acesso a educação, este período ficou configurado como o de total *exclusão*. Com o passar do tempo e a mudança da visão sobre as pessoas com necessidades especiais, estes sujeitos começaram a fazer parte da sociedade educacional, mas ainda percebidos como inferiores não deveriam ocupar os mesmos espaços das crianças normais, então a construção de espaços especializados ao atendimento dos anormais configurou o período da *separação*. As lutas em defesa de igualdade de oportunidades e tratamento fizeram com que os espaços especializados penetrassem o contexto da educação regular, mas isso não fez com que o muro que dividia a escola regular da escola especial fosse quebrado, vivemos um período considerado de *integração*.

A legislação tratou de acelerar a diminuição de barreiras arquitetônicas, sociais, e também educacionais e trouxe a proposta de inclusão, que ainda não está consolidada. Na realidade a seqüência dos períodos, ou melhor, das etapas de avanço da educação propostas por Beyer, não devem ser entendidas de forma linear. Por mais que o tempo tenha passado observar o período considerado de separação não parece distante quando nos deparamos com a existência das escolas especiais em contexto de educação paralela ao ensino regular. Tanto a integração quanto a inclusão ainda são aspectos difíceis de serem visualizadas na sociedade atual. Neste sentido, a proposta que segue este trabalho busca perceber e discutir como os discursos presentes nas matérias do jornal Zero Hora tratam da educação especial levando em consideração as questões históricas e legais relacionadas à necessidade de mudança da estrutura de atendimento dos sujeitos da educação especial.

3 O POSICIONAMENTO DA MÍDIA E OS DISCURSOS PRESENTES NO JORNAL ZERO HORA

Como veículo de informação de grande circulação dentro da sociedade contemporânea, perdendo somente para a televisão que abrange um maior número de telespectadores segundo dados do IBGE, escolher o jornal como objeto de análise das relações estabelecidas entre os discursos jornalísticos e a sociedade é uma forma de perceber tanto a ação e a intenção do que é dito pela mídia quanto do que é lido e opinado pela população. Fischer fundamenta a ideia de que os meios de comunicação fazem parte da vida cotidiana e que eles exercem influência sobre os leitores afirmando que:

A supervalorização da comunicação de massa tem íntima relação com o enfraquecimento dos modos de legitimidade de outras instâncias intermediárias, como a comunicação acadêmica, a religiosa, a científica e a cultural, mesmo que as regras básicas continuem emanando desses locais. A mudança estaria em que o verdadeiro lugar de valorização é o grande espaço público, gerido pelo individual e pelo massivo, com a introdução de um sistema de valores que se torna dominante: o da publicidade. (FISCHER, 1996, p.50)

Neste sentido tudo que é discutido dentro da sociedade para tornar-se “verdadeiro” precisa necessariamente de visualização de todos, mas principalmente da aprovação de uma instituição que faça parte da vida das pessoas, neste caso o jornal e até mesmo os meios televisivos são as instituições responsáveis pela exibição da verdade incontestável por grande parte da população.

Nesse sentido, poderia dizer-se que a mídia constituiu um espaço de “visibilidade e visibilidades”, ela e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituíram um espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo. Da mesma forma, poderíamos dizer que a mídia faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia reduplicá-lo-ia, porém, sempre ao seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. Isso quer dizer, então, que ela também estaria simultaneamente (...) produzindo seu próprio discurso. (FISCHER, 2002, p. 86)

Sendo assim por mais que os agentes sociais encontrem espaço pra produzir sua escrita dentro do espaço da mídia, seja ela jornalística ou de outro formato, através de pesquisa realizada no jornal Zero Hora, foi possível compreender que por mais que os sujeitos tenham o direito de expressar sua opinião, as matérias veiculadas dizem respeito a um perfil adotado pela mídia a ser estudada.

Sempre que se discute a leitura dos discursos apresentados nos jornais ou em outros veículos de informação de massa, sugere-se de imediato que toda a produção deveria ser analisada para além da leitura feita habitualmente pela maioria da população, como se os argumentos de mobilização e formação de opinião pública estivessem escondidos nas entrelinhas do texto. O que Fischer apresenta em seus textos é uma maneira diferente de realizar a leitura dos escritos, fundamentada teoricamente em Foucault, a autora sugere que nada há por trás das cortinas, existem “enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos.” (FISCHER, 2001, p.198)

Parte da vida das pessoas é reproduzida nas páginas dos jornais através de um simples ato ou escrito, entretanto no momento em que este sujeito aparece para ser lido, não estamos mais vendo este sujeito, nem a fala é dele. Lido como parte da sociedade e acontecimento a trajetória será interpretada com convir ao leitor, e o sujeito como parte do jornal passa a ser falante e falado. Neste sentido as reportagens veiculadas pelo jornal Zero Hora, no estado do Rio Grande do Sul, são, em grande parte, escritos de pessoas que não constituem o quadro de escritores do jornal e sim atores da sociedade que utilizam o jornal para tornar público suas reflexões, neste caso, sobre a educação especial dentro do estado. Sendo assim a proposta de trabalho é analisar como e de que forma estes escritos são veiculados pelo jornal, que posição ocupam dentro do mesmo e o que estes atores sociais tem a contribuir para a discussão da temática da educação especial.

Para a construção desta investigação a metodologia adotada foi a de coleta material jornalístico junto à Zero Hora, assim como salientado anteriormente. Para o levantamento do material foram utilizadas as palavras-chaves *educação especial* e *inclusão*. Pensando na possibilidade de construção de um espaço escolar voltado para

o atendimento educacional de crianças com necessidades especiais no contexto regular, como prevêm as legislações em vigor. A escolha das palavras educação especial e inclusão, que não possuem significado oposto no contexto educacional, mas que nas matérias a palavra educação passa a ter sentido de escola, a escolha pelas duas palavras-chaves tem o sentido de trazer a tona o que tem sido escrito sobre esta temática.

O material que segue em anexo, e que também pode ser visualizado ao longo do texto, são as reportagens encontradas durante a pesquisa. O recorte temporal foi determinado pelas reportagens existentes no banco de pesquisa do jornal. Vinculada a temática da educação especial e aos processos inclusivos as matérias encontradas estão datadas do ano de 2002 até o ano de 2007. Uma dificuldade encontrada na busca de reportagens deve-se à insuficiência de materiais disponíveis sobre a educação especial, grande parte do material encontrado trata de pessoas com deficiência ou necessidades especiais com relatos de experiências sociais e pouco se relata das questões referentes à educação destes indivíduos.

Ao analisar os material publicado pelo jornal, levou-se em conta o espaço que as matérias ocupam no contexto do jornal. Em que posição e como os textos se apresentam estruturalmente, ou seja, a primeira leitura realizada durante a pesquisa, diz respeito o forma como a matéria é apresentada. Também foi levada em conta, no que se refere ao posicionamento da matéria dentro do jornal, à coluna em que o texto aparece escrito. Por se tratar de um jornal de grande circulação e que conta com a participação dos agentes sociais na construção das matérias, é importante observar o lugar destinado a cada sujeito. A posição que os discursos ocupam demonstram a visibilidade que jornal procura destinar a cada temática e texto produzido.

Para a compreensão da organização da redação que segue este trabalho, em sintonia com os recortes do jornal, utilizei três temáticas para agrupá-las: a) a concepção de educação especial, trazendo recortes que tratem de apresentar *status* tem se dado a esta modalidade da educação básica nas matérias do jornal; b) percepção do sujeito com necessidades educacionais especiais, apresentando como os discursos descrevem os sujeitos com necessidades especiais; c) a defesa da escola

especial, com recortes dos discursos presentes nas matérias jornalísticas vinculadas à defesa da escola especial como única possibilidade de educabilidade destes sujeitos.

3.1 DISCURSOS PRESENTES NAS MATÉRIAS DO JORNAL ZERO HORA: A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Percebendo o termo *concepção* como um ponto de vista adotado para interpretar um determinado fato ou acontecimento, a temática que segue este trabalho trata de apresentar a interpretação dada à modalidade da educação básica responsável pelo atendimento de alunos com necessidades especiais. Neste caso, será analisada a interpretação impressa nas matérias jornalísticas sobre a educação especial.

A **concepção da educação especial** como uma vocação, doação de um ser humano para ajudar os demais vistos como impossíveis em determinada sociedade não é uma visão nova e ainda ocupa parte dos discursos com relação a esta área de atendimento educacional. Sirlei Maria de Souza, mãe de um jovem com atraso motor que freqüentou a escola regular durante sua caminhada escolar, em matéria de meia página do caderno *Vida*, cuja a publicação acontece de forma semanal no jornal Zero Hora, do dia 30 de dezembro de 2002, intitulada *Juliano é um vencedor*, a mãe afirma que:

– A escola abriu suas portas e seu coração para o Juliano – exalta Sirlei, que nunca deixou de participar nas instituições freqüentadas pelo filho.

SOUZA, Zero Hora, 30/12/2002, p. 05

Como se a atitude da escola em receber o aluno com necessidade especial fosse um ato de caridade e não de cumprimento da tarefa de educar a todos os sujeitos presentes na comunidade escolar.

Da mesma forma que Souza busca dar ao trabalho dos profissionais que se dedicam à educação especial o *status* de benevolentes, a pedagoga e psicopedagoga

Luciana Penna, em seu artigo *Mais do que uma questão escolar* do dia 19 de setembro de 2005, publicado no editorial, de publicação diário, ocupando o canto direito da página com extensão do início ao final da folha, trata das questões escolares, mas com foco na temática social fazendo referência à aceitação do outro.

Penna de maneira interessante relembra a necessidade de todo o apoio técnico e de recursos humanos para trabalhar a individualidades dos sujeitos, mas completa seu raciocínio lembrando da necessidade de amar e aceitar os sujeitos da educação especial, assim como mostra a fala a baixo:

Não está em questão que as crianças com necessidades especiais precisem de atendimento especializado. Isso é óbvio, mesmo que não seja a realidade da maioria das escolas. Tanto na escola regular que faz a inclusão quanto na escola especial, é necessário um acompanhamento técnico, é necessário conhecimento, é necessário trabalhar a individualidade do ser e suas necessidades. Mas é necessário também amor e aceitação.

PENNA, Zero Hora, 19/09/2005, p. 12

É necessário entender que esta não é uma questão de amor nem de vocação, assim como as outras modalidades de ensino, a educação especial é uma área que necessita de profissionais com formação específica para compreender o que se passa, como devem agir com os sujeitos atendidos, no sentido de priorizar a educabilidade destes.

A referência da autora ao atendimento realizado por “vocação” aos alunos com necessidades especiais esta relacionado à falta de profissionais preparados para atuar na educação especial, levando determinados professores a se dedicar ao atendimento de determinados grupos de alunos, mesmo não possuindo formação necessária, como

uma alternativa de minimizar os problemas enfrentados pelos indivíduos da educação especial dentro do contexto escolar.

Da mesma forma que a educação especial ainda seja vista como algo fora do contexto educacional, não é de se estranhar que por mais que o tempo tenha passado e trazido consigo novas tecnologias que possibilitam a troca de idéias e também o acesso às informações de todos os tipos quando o assunto a ser tratado está relacionada à deficiência ou necessidade especial de um dado sujeito percebe-se que a testa enruga e logo se ouve um sussurrar do tipo: “o que será deste sujeito no futuro?”.

3.2 PERCEPÇÃO DO SUJEITO COM NECESSIDADE ESPECIAL

Para elaboração da segunda temática de análise das matérias jornalísticas a questão central está vinculada ao termo *percepção*, e este ao longo da análise será compreendido como o sentido de aquisição e organização das informações sobre os sujeitos da educação especial, a fim de entender que significados tem sido impressos a respeito destes sujeitos. Neste sentido O que foi possível observar nas matérias que tratam da temática relacionada à **percepção do sujeito com necessidade especial**, não estão distantes dos discursos do início do século passado.

Vistos como incapazes, segundo as matérias presentes no jornal, os sujeitos ainda são percebidos como uma pessoa que não se desenvolverá, um ser anormal. Márcio Brito, repórter do jornal Zero Hora, em matéria publicada no dia 13 de julho de 2002, no caderno *Vida*, de publicação semanal, assim como já salientado anteriormente, intitulada *Uma vida especial*, sustentando a idéia de impossibilidade dos sujeitos com necessidades especiais afirma que:

A chegada de um filho é repleta de expectativas. Antes mesmo do nascimento, os pais imaginam como será a criança, idealizam o futuro, escolhem a profissão e planejam o crescimento. Os meses de gestação são preenchidos pela confiança de gerar um filho totalmente sadio. A questão é que absolutamente ninguém está livre de ter um bebê portador de uma necessidade especial.

BRITO, Zero Hora, 13/07/2002, p. 04

Na fala de Brito é evidente a idéia de desespero da família e negação do sujeito portador de uma necessidade especial. É sabido que no primeiro momento a dor por não saber o que se passa com um filho, o que será dele nos próximos anos, causa um certo desconforto aos familiares, mas é preciso enxergar o sujeito para além da sua deficiência. Mari Kvitko, mãe de Bernardo de 15 anos com Síndrome de Down, no jornal do dia 09 de maio de 2005, em matéria de meia página publicada no caderno *Meu Filho, Crianças especiais: conviva bem com elas*, trata da dificuldade de superar e perceber o indivíduo com necessidade especial como alguém único, que é o mesmo em todas as dimensões do ser. Kvitko conta na reportagem em uma passagem que os olhares em direção ao seu filho Bernardo, em dada ocasião foram encarados com:

– É uma agressão. Nessas horas não como mais porque não desce. Ele dança, brinca. Tento chamá-lo mais para perto para que ele não se exponha tanto. Ele é uma pessoa feliz. Muitas vezes estão rindo dele, e ele ri das pessoas. Ele dá uma lição – conta Mari. – Você cuida, aceita, mas sofre, sofre muito. Aceitar o Bernardo é uma coisa. Viver feliz com a síndrome dele é outra – acrescenta.

KVITKO, Zero Hora, 09/05/2005, p. 03

A dificuldade de Kvitko em perceber o seu filho como uma pessoa com Síndrome de Down e a justificativa interessante de que a aceitação do filho é uma coisa diferente da aceitação da síndrome, sugere que ela percebe este sujeito com aquele que carrega uma doença e que os mecanismos de observação da sociedade é que fazem despertar ou desaparecer a síndrome. A dificuldade de aceitação da mãe é compreensível dentro de uma sociedade em que grande parte das pessoas ainda defende a existência das escolas especiais, como o único meio de educar a múltiplos sujeitos que até hoje pertencem à educação especial.

3.3 A DEFESA DA ESCOLA ESPECIAL

Na terceira, e última, temática de análise das matérias jornalísticas que tratam da educação especial tem como foco de observância os discursos que envolvem a *defesa* da educação especial nas reportagens do jornal. O objetivo de tratar da **defesa da escola especial**, se faz necessário devido a presença constante da temática nas reportagens selecionadas para análise, bem como o discurso marcante em defesa da manutenção dos espaços especializados como a melhor alternativa para os alunos portadores de necessidades especiais, em substituição às classes regulares de ensino.

Percebido como o melhor lugar de educabilidade dos indivíduos com necessidades especiais, pela parcela que nega a importância da inclusão para além das questões sociais, a sobrevivência das escolas especiais seria uma forma de garantir que os sujeitos que ocupam estes espaços vivam melhor com seus iguais na deficiência. Neste sentido a psicóloga Maria de Fátima Freitas Rossari no jornal do dia 13 de julho de 2002, na reportagem *Uma vida especial*, publicada no caderno *Vida*, com extensão de meia página afirma que:

– Toda escola tem de aceitar crianças com deficiência, mas eles se adaptam melhor em uma escola especial. Na escola regular, eles sofrem com a diferenciação. Na escola especial, podem não ter a mesma deficiência, mas são todos iguais. Eles se sentem mais amparados – afirma a psicóloga.

ROSSARI, Zero Hora, 13/07/2002, p. 04

Assim com Rossari, na defesa das escolas especiais e descrente da possibilidade de educabilidade dos sujeitos da educação especial, Patricia Ziller, pedagoga de educação especial, especialista em transtornos de desenvolvimento, no jornal do dia 17 de outubro de 2005, matéria *Refletindo sobre a inclusão*, publicada no editorial do jornal, ocupando um terço da página, com destaque na fala citada a baixo, afirma que:

Ocorre que nas escolas especiais existe um grupo significativo de crianças e adolescentes que, além da deficiência mental ou doença mental, apresentam essas situações de dependência em atividades básicas do dia-a-dia. Na escola especial se ensina o que tem significado para quem aprende. Seria isto ilegal?

ZILLER, Zero Hora, 17/10/2005, p. 13

É evidente a existência de outros profissionais que negam a possibilidade de desenvolvimento cognitivo de determinado grupo de alunos, e que preferem aos laudos médicos a aposta no processo de ensino-aprendizagem. Existem também aqueles profissionais que acreditam que a impossibilidade de aceitar os alunos em estabelecimentos regulares esteja vinculada à falta de profissionais disponíveis para atuar com o grande número de deficiências presentes na sociedade.

Observa-se a fala do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul, Osvino Toillier, em matéria veiculada no dia 17 de outubro de 2007, *Dificuldades para incluir criança com deficiência*, dividindo a página com a penas uma propaganda em nenhum outro texto, garante que:

– As escolas não têm condições de receber alunos com as mais diferentes necessidades, porque cada uma exige um suporte tecnológico e de pessoal diferente. Às vezes, o fato de buscar uma escola especializada não significa segregação.

TOILLIER, Zero Hora, 31/10/2007, p. 37

Vistos como incapazes de alcançar o desenvolvimento cognitivo, o que observamos nas notícias extraídas do jornal é a defesa dos lugares destinados ao atendimento único e exclusivos destes sujeitos como uma alternativa de ensiná-los as tarefas cotidianas, negando o princípio básico da Lei de Diretrizes e Bases que garante o acesso a educação a todos os sujeitos da sociedade. Não somente o acesso a educação, mas a possibilidade do desenvolvimento cognitivo, e permanência nos ambientes educacionais, garantindo a todos indivíduos o acesso a todos os níveis de ensino, assim como prevê a LDBEN/ 96.

Tanto as questões referentes à concepção da educação especial como um ato de bondade quanto à defesa da manutenção dos espaços caracterizados pelo

atendimento especial, tem como ponto em comum o sujeito envolvido na discussão, ou melhor, de quem estamos tratando, neste caso o sujeito da educação especial. Não é de hoje, todos sabemos, que as pessoas com deficiência, necessidade especial, ou qual seja a nomenclatura utilizada para tratar destes indivíduos dentro da sociedade, enfrentam o preconceito cotidiano, a dificuldade de aceitação e o olhar de estranhamento por muitos lugares que freqüentam.

As leis têm dado conta de expor a problemática relacionada ao preconceito e exclusão. Entretanto muito se vê de ações que tratam de uma suposta inclusão social, falta nos questionar se somente as leis bastam, é preciso efetivar as ações que tratam de incluir os sujeitos no contexto educacional. Sendo assim, é necessário descaracterizar a escolarização de pessoas com necessidades especiais como uma atitude mágica e fantástica dos profissionais que se dedicam a este atendimento, e sim compreender que se trata de aprofundamento do entendimento desta modalidade de ensino. As mudanças necessárias em nossa sociedade e, por conseqüência, nos e discursos, como os à cima destacados, só poderão ser desconstituídos com a efetiva garantia de ensino a todos os indivíduos. Somente é possível compreender as formas de se desenvolver, de ver e viver do outro, a partir do momento passo a respeitar e compreender a diversidade dos sujeitos, e o conhecimento deste, só acontecem na prática cotidiana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos propostos para elaborações e excussão deste trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, foi possível constatar que as mudanças ocorridas na educação especial, visto o contexto histórico apresentado por Hugo Beyer, não podem ser observadas fora do contexto social que estão inseridas, tão pouco, estas mudanças, podem ser compreendidas como períodos lineares que evoluem sem que haja retrocesso. Neste sentido é compreensível que, mesmo, com toda a mobilização de políticas públicas nacionais que tratam da educação inclusiva, percebe-se uma organização da sociedade civil que parece andar na contramão da inclusão, como é o caso dos discursos que defendem a existência das escolas especiais como meio de atendimento paralelo a educação regular.

A partir da análise das reportagens selecionadas para compor este trabalho, foi possível constatar que as percepções de educação especial, presentes nas matérias jornalísticas, ainda estão centradas no modelo de educação que segrega os alunos considerados diferentes, como forma de garantia da manutenção da ordem e evolução da sociedade considerada normal e produtiva. Assim, foi possível analisar a existência de um discurso que desqualifica o profissional da educação especial, levando em conta sua dedicação e atualização profissional como um ato de vocação e não como a busca pela formação, assim com acontece nas outras modalidades de ensino. Também, foi possível observar a produção de um discurso que percebe o sujeito dentro da sua deficiência, discurso este, que valoriza a diferença e a existência de um sujeito com possibilidades de desenvolvimento dentro do corpo que causa estranhamento e se desenvolve num ritmo próprio.

Neste sentido as interpretações sobre educação especial apresentadas nos discursos jornalísticos demonstram o quão delicado é tratar desta modalidade de ensino mesmo com todas as discussões referentes ao assunto. Por mais que a garantia de educabilidade dos sujeitos com necessidades especiais estejam descritos em lei, ainda é possível observar um movimento que defende a educabilidade, também

percebido com adestramento, destes sujeitos fora do convívio social, aumentando ainda mais as barreiras entre os diferentes indivíduos que compõe a sociedade.

A pesquisa realizada não tem a pretensão de tecer uma interpretação única sobre o que está posto nas matérias jornalísticas, mas ao certo, fazer um questionamento sobre o andamento das políticas de inclusão em nosso estado e que atenção tem sido dada a ela no contexto jornalístico investigado. É necessário levar em conta que os atendimentos especializados durante muito tempo foram à única alternativa aos sujeitos da educação especial, entretanto sua criação deveria ser passageira e acabou por tornar-se uma modalidade paralela a educação básica. Sendo assim o que foi possível concluir, preliminarmente, é que as notícias veiculadas pelo jornal demonstram a dificuldade de implementação da política de inclusão. Entretanto as ações que garantem a educabilidades dos sujeitos em todos os espaços da educação básica devem continuar ocupando parte da nossa realidade educacional, afim de que possamos, num futuro próximo, apresentar as inovações provocadas no cenário gaúcho através da efetivação da inclusão dos diferentes indivíduos que compõe a educação do nosso estado.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. Ensaios Pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2006.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2,** de 11 de setembro de 2001.

BRITO, Márcio Brito. **Uma vida especial.** Zero Hora, de 13 de julho de 2002.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A produção social da identidade do anormal.** In: História social da infância no Brasil. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **O Plano Decenal de Educação para Todos e a educação especial: questões levantadas pela Secretaria de Educação Especial.** _IntegrAção. Brasília: SEESP, v. 5, n. 14, 1994.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.116, p.245-262, jul. 2002.

ENGUITA, Mariani Fernández. **A Educação e a Mudança Social**. In: Educar em Tempos Incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Análise do discurso : para além de palavras e coisas**. In: Educação & realidade. Porto Alegre Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995).

_____, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. In: Cadernos de pesquisa. São Paulo n. 114 (nov. 2001).

_____, Rosa Maria Bueno. **Mídia e produção de subjetividade na cultura contemporânea**. In: Educação, subjetividade e poder. Porto Alegre Vol. 3, n. 3 (jan./jun. 1996).

_____, Rosa Maria Bueno. **Mídia, estratégias de linguagem e produção de sujeitos**. In: Linguagem, espaços e tempos no ensinar e aprender. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____, Rosa Maria Bueno. **Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação**. In: Revista brasileira de educação. Rio de Janeiro N. 20 (jun./jul. 2002).

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO e CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

KVITKO, Mari. **Crianças especiais: conviva bem com elas**. Zero Hora, de 09 de maio de 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**. Ensaios Pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, set/ dez. 2006.

PENNA, Luciana. **Mais do que uma questão escolar**. Zero Hora, de 12 de setembro de 2005.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 1, jan/ jun. 2008.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. **Momentos Históricos da Escolarização**. In: Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

ROSSARI, Maria de Fátima Freitas. **Uma vida especial**. Zero Hora, 13 de julho de 2002.

SOUZA, Sirlei Maria. **Juliano é um vencedor**. Zero Hora, de 30 de dezembro de 2002.

TEZZARI, Mauren Lúcia. **“A SIR chegou...” Sala de Integração e Recursos e a inclusão na Rede Municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

TOILLIER, Osvino. **Dificuldades para incluir crianças com deficiências**. Zero Hora, 17 de outubro de 2007.

ZILLER, Patrícia. **Refletindo sobre a inclusão**. Zero Hora, 17 de outubro de 2005.

ANEXOS

Escolha deve respeitar personalidade da criança

SEJA QUAL FOR A DECISÃO DOS PAIS, SE FILHOS NA MESMA ESCOLA OU NÃO, O RELACIONAMENTO ENTRE OS IRMÃOS NÃO PODE FICAR COMPROMETIDO

Irmãos estudando em escolas diferentes pode ser legal para trocar experiências. Realidades diversas, desde que devidamente explicitadas entre eles, é positivo. De nada adianta se a família não incentivar essa troca. Da mesma forma, ainda que estudando no mesmo colégio, cada filho tem o direito de seguir seu próprio caminho – do que depende sensibilidade dos pais e uma boa administração das experiências vividas pela criança. Jamais sugerir que uma deve imitar a outra, por exemplo.

– Os pais têm de observar que seus filhos são dinâmicos. A escolha da escola tem de levar em conta particularidades e características pessoais de cada um, para evitar um mal-estar desnecessário e delicado – explica Gilson de Almeida Pereira, psicopedagogo e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Estado (PUCRS) e professor de Pedagogia da Fapa.

Um pai pode ter seis filhos e acreditar que educa a todos da mesma forma. Mesmo que façam os mesmos programas, assistam os mesmos filmes e visitem as mesmas pessoas, nenhum deles é criado de maneira idêntica. Colocar um filho em escolas diferentes ou na mesma instituição não pode comprometer o relacionamento dos irmãos.

Um erro comum é, diante de uma criança que é apaixonada por futebol, os pais acharem que uma escola que enfatize atividades esportivas vai dispersá-la. O raciocínio deve ser inverso: jogando futebol com regularidade mais do que nunca essa criança terá estímulo para ir a escola com prazer e se dedicar aos estudos.

– Se meu filho usa brinco, roupas pretas e tem gostos darks, adianta colocá-lo em uma escola que proíbe tudo isso? Só vou fazer o meu filho sofrer mais. Ele precisa de acordos e entendimento – exemplifica Gilson.



Pedro, Vitor e Thiago chegaram a estudar em escolas diferentes quando menores, mas atualmente vestem o mesmo uniforme

RICARDO DUARTE/ZH

Para fazer a opção certa...

● Pense sobre as características de cada um dos seus filhos antes de decidir o local onde eles vão passar, no mínimo, um terço do dia. Juntos ou separados, a intenção é que a escolha seja a mais acertada possível

● É essencial que a família tenha condições psicológicas, emocionais e materiais de proporcionar a ida para escolas diferentes, se essa for a escolha. A decisão não pode causar estresses futuros

● Conhecer o perfil pedagógico da escola é importante não apenas para ter uma impressão valorativa da escola, mas essencialmente para ver se ele combina com o comportamento de seus filhos

● Por isso, no momento de escolher uma escola, não se contente com uma entrevista superficial. Leve em conta a indicação de pessoas, seu próprio conhecimento e a impressão do filho

● A lógica que destina ao aluno indisciplinado uma escola rígida, na tentativa de reverter seu comportamento, corre o risco de não funcionar

● Se seu filho gosta mais de música, teatro, esportes, por que não fazer o possível para colocá-lo em um colégio que tenha essas características mais acentuadas? As características da criança têm de ser correspondidas pela escola

● Em caso de desconfiança do mal-estar do seu filho, observe as reações dele. Como é o meu filho antes de chegar na escola? Como ele interage na sua escola? Ele tem prazer? Em casa, fala coisas sobre o dia passado na escola?

● A idéia de que tem de manter o filho da 1ª série até o 3º ano do Ensino Médio na mesma escola é um mito

Irmãos juntos

Todo dia é igual. Valéria Brito e os filhos, Pedro, 11 anos, Vitor, sete anos, e Thiago, seis anos, rumam para o mesmo colégio em Porto Alegre. A opção de Valéria por manter os três filhos no Anchieta não foi por acaso – até porque ela já os manteve em escolas diferentes antes. Quando pequenos, achou que era mais saudável e produtivo que estudassem em uma escola menor. Pedro e Thiago estudaram no Colégio Monteiro Lobato e Vitor, que é “mais tranquilo”, foi para o Amigos do Verde.

Com Vitor e Thiago crescidos, Valéria colocou os três no mesmo colégio, mas, nos primeiros anos, apenas Pedro estudava pela manhã.

– Quando coloquei os três no mesmo turno, tive mais liberdade. Mas

só fiz porque cheguei à conclusão de que era o melhor para eles. Se achasse que eles não se sentiriam felizes, continuaria correndo para levá-los pela manhã e pela tarde.

O fato de Valéria e o marido, Renato, viverem ativamente a escola também contribuiu para que os filhos se sintam bem juntos. Para Valéria, a afetividade dos filhos está diretamente ligada ao colégio que escolheu para eles.

– O Anchieta é mais do que só um colégio, é uma coisa de coração mesmo. Pedro, Vitor e Thiago são muito amigos. Brigam, como todos os irmãos, se puxam cabelos, se pegam. Tem horas que eu olho e pareço aqueles gatos embolados.

A cena que atordoa a mãe é o que divide os garotos, que, ao final da aula, vão sendo buscados de sala em sala por eles mesmos.

– Gosto porque fica todo mundo junto – diz Vitor.

“Só os coloquei no mesmo colégio porque achei que era o MELHOR PARA ELES”

No último dia 12, 67 alunos das turmas de 8ª série da Escola Estadual Coronel Aparício Borges, em Porto Alegre, tiveram sua cerimônia de formatura do Ensino Fundamental. Poderia ser uma comemoração como outras, mas essa teve um significado maior, especialmente para Juliano Souza da Rocha, 19 anos, e sua família.

O fato de Juliano ter atraso motor não o impediu de cursar em classes regulares todo o Ensino Fundamental, sempre em escola pública. Por ter nascido com três cistos na linha média (na testa, na cabeça e no nariz), Juliano teve dificuldades no desenvolvimento motor. Depois de passar por seis cirurgias em sete anos de vida, ele começou sua vida escolar na Escola Estadual Barão de Santo Ângelo, onde cursou a 1ª e a 2ª série. A mãe, Sirlei Maria de Souza, chegou a receber diagnósticos que diziam que o menino jamais poderia frequentar a escola regular.

Na Escola Anne Frank, a 3ª e a 4ª séries não reservam boas lembranças, por causa dos problemas de adaptação. Da 5ª à 7ª séries, a vida escolar foi retomada com tranquilidade, na Escola Othello Rosa. O Ensino Fundamental foi concluído com os dois anos na Coronel Aparício Borges. O fato de ter repetido a 8ª não trouxe desânimo.

– A escola abriu suas portas e seu coração para o Juliano – exalta Sirlei, que nunca deixou de participar nas instituições frequentadas pelo filho.

Juliano ainda frequenta aulas de natação e encontros com uma psicóloga e terapeuta ocupacional. A expectativa agora é pelo Ensino Médio, cheio de planos:

– Vou ser veterinário – afirma Juliano.

Juliano é um vencedor

ATRASO MOTOR NÃO IMPEDIU ESTUDANTE DE CONCLUIR O ENSINO FUNDAMENTAL EM CLASSES REGULARES PÚBLICAS. AOS 19 ANOS, JULIANO SONHA SER VETERINÁRIO

RICARDO DUARTE/ZH



Ter repetido a 8ª série não desanimou o jovem (no centro da foto), que emocionou familiares na noite da formatura

Dicas de leitura e pesquisa

De olho nas férias, ZH Escola pediu a especialistas em educação especial e educação inclusiva dicas de leitura sobre o tema, para pais e professores. Confira:

Por **Themis Silveira Lara** (laralua@terra.com.br), professora doutora e supervisora da Habilitação de Educação Especial - Deficientes Mentais, da Faculdade de Educação da PUCRS:

LIVROS

● *Muito prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas com a Síndrome de Down* (WVA, 1995), de Claudia Werneck

A realidade das pessoas que apresentam Síndrome de Down. Com uma linguagem clara, simples e objetiva, consegue diminuir e esclarecer as inúmeras dúvidas que afligem e preocupam pais e profissionais das mais diferentes áreas de atuação. Apresenta histórico, descobertas científicas, avanços da genética, diagnóstico, alternativas educacionais e histórias de vida. O livro tem, ainda, um glossário e endereços de alguns serviços de genética, associações de pais e instituições.

● *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva* (Mediação, 2000), de Rosita Edler Carvalho

Aborda temas sobre a educação e a inclusão, tecendo comentários sobre o atual sistema educacional brasileiro de forma clara, sequencial, contextualizada e

crítica. Os tópicos discutidos: Educação Especial: perspectivas para o próximo milênio; Das necessidades educacionais especiais à remoção de barreiras para a aprendizagem; Barreiras na organização do atendimento educacional escolar de alunos com distúrbios de aprendizagem; Inclusão escolar de alunos portadores de deficiência: desafios; Avaliação psicopedagógica na proposta inclusiva e Educação, entre outros.

Outras recomendações

● *Perdas, Danos e Ganhos* (Sermograf, 1999), de Sheila Amaro Franco Avena

● *Desafiando a Síndrome de Down* (Edisplan, 1998), de Caio Augusto Donato

● *Vida Ser; Ser Vida* (Makron Books, 2000), de Luciana Parisi

● *A Revolução Sexual sobre Rodas - conquistando o afeto e a autonomia* (Nome da Rosa, 2000), de Fabiano Puhlmann

SITES

● www.eduk.com.bridiversos/educacao/especial

● www.inclusion.hpg.ig.com.br/artigos/artigos4-inclusiva.htm

● www.inclusao.com.br/index.htm

● www.cedipod.org.br (apresenta sugestões de bibliografia).

Por **Hugo Otto Beyer** (hbeyer@sogipa.esp.br), professor adjunto da Faculdade de Educação (Faced) da UFRGS: A educação inclusiva tem predominado, nos últimos anos, no Brasil e em outros países, como proposta educacional que visa a atender alunos com necessidades especiais prioritariamente nas escolas regulares. Seguem algumas indicações de consulta sobre a proposta:

LIVROS

● *Inclusão: um guia para educadores*, de S. Stainback e W. Stainback, Artes Médicas, 1999

Traz informações sobre a história da educação inclusiva e aspectos de estratégia escolar.

● *Removendo barreiras para a aprendizagem*, de Rosita Carvalho. Editora Mediação, 2000

Discute tópicos específicos da educação inclusiva.

REVISTA

● *Revista Brasileira de Educação Especial*

Contém artigos sobre a educação inclusiva. E-mail de contato: fadenari@terra.com.br e ejmazzini@uol.com.br

Por **Adriana Thoma** (asthoma@terra.com.br), professora doutora e **Giana Diesel Sebastiany** (giana@dedu.unisc.br), professora mestre do Departamento de Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc):

LIVROS

● *Um Olhar sobre a Diferença: Interação, Trabalho e Cidadania* (Papirus, 1998), de L. Bianchetti e I.M. Freire

Reúne textos variados sobre temas da educação especial. Os autores e autoras discutem como a segregação e a exclusão de sujeitos considerados anormais vêm sendo constituídas e justificadas ao longo dos tempos.

● *Alunos com Necessidades Especiais nas Classes Regulares* (Porto Editora, 1995), de Luis de Miranda Correia

São colocadas à disposição de profissionais que trabalham com crianças especiais uma série de elementos para avaliar e encaminhar ações mais adequadas ao atendimento destas crianças.

É pretensão do autor disponibilizar instrumentos que permitam refletir sobre as práticas mais adequadas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como intervir de forma criteriosa frente à educação na escola regular.

● *Educação & Exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial* (Mediação, 1997), Carlos Skliar (org.)

A obra reúne textos de autores que atuam na área e que têm em comum uma insatisfação diante das tradicionais formas clínico-terapêuticas com que os sujeitos da educação especial vem sendo concebidos. Assumem outras formas possíveis de se conceber os sujeitos especiais, não só por definições mecanísticas – que definem os surdos, os cegos, os deficientes mentais, os autistas e outros somente a partir de restrições e/ou impossibilidades físicas, sensoriais e cognitivas. Para se falar de educação, necessitamos olhar os sujeitos da educação especial sob outra perspectiva.

SITES

● www.sentidos.com.br

Apresenta reportagens atualizadas sobre pessoas portadoras de deficiência. Na edição de número 12, de dezembro de 2002, pode-se ler sobre “fotógrafos cegos” e “educação inclusiva”, entre outros temas.

● www.cedipod.org.br

Site do Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, entidade sem fins lucrativos que se propõe a organizar e a divulgar informações sobre legislação, eliminação de barreiras arquitetônicas e participação social.

Crianças especiais: conviva bem com elas

Preconceito, também das escolas, é o maior obstáculo para portadores de deficiência

LARISSA ROSO

Um dos maiores desafios para a família que tem uma criança portadora de necessidades especiais talvez não seja aceitar o filho e suas limitações ou encontrar uma escola onde ele possa ser feliz e bem recebido – mas contornar a ignorância, o desprezo e o desconhecimento da sociedade que não tolera os diferentes. A secretária Mari Kvitko, 48 anos, é mãe de Raquel, 10, Bernardo, 15, e David, 18. Não só o cabelo e os olhos castanhos escuros de Bê, como é chamado, destoam dos irmãos, loiros e de olhos claros: o filho do meio nasceu com Síndrome de Down, descoberta no parto. A negação e a descrença são as primeiras sensações.

– O pediatra de plantão disse que ele não iria falar, sentar, colocar a língua para dentro da boca, sugar o seio. Foi uma mistura de sentimentos. Fiquei comparando ele com o irmão de três anos. Pensei: “Tivemos um monstro” – relembra Mari.

Depois de uma grave icterícia, Bernardo foi para casa com um mês. No dia seguinte, estava em uma clínica para estimulação precoce. Quando completou um ano, foi para o Centro Integrado de Desenvolvimento (CID), que promove a inclusão de crianças especiais, onde hoje cursa a 3ª série. A rapidez com que a família Kvitko se mobilizou foi fundamental para o desenvolvimento das habilidades e a integração social de Bernardo.

– A escola ainda recebe pouquíssimos bebês com deficiência. As famílias passam por um momento de superproteção, “só eu posso cuidar do meu filho”. Precisa evoluir muito a forma como os médicos dão a notícia. Existe uma deficiência, mas há formas de trabalhá-la – diz Lúcia Lima da Fonseca, coordenadora pedagógica do CID.

Mari diz que não há diferença entre a casa e a escola para Bernardo. O problema, relata, é da porta para fora. Quando bebê, David encantava as pessoas, que deixavam para o então caçula o sorriso constrangido: “Ah, que bonitinho esse também”. A diferenciação agora aparece em manifestações mais explícitas. Os Kvitko foram recentemente a uma festa. Jovens e adultos dividiram-se em dois salões. Bernardo ficou com os pais, e um dos divertimentos para os adolescentes do espaço contíguo era, um a um, levantar das mesas, observá-lo, rir e voltar.

– É uma agressão. Nessas horas não como mais porque não desce. Ele dança, brinca. Tento chamá-lo mais para perto para que ele não se exponha tanto. Ele é uma pessoa feliz. Muitas vezes estão rindo dele, e ele ri das pessoas. Ele dá uma lição – conta Mari. – Você cuida, aceita, mas sofre, sofre muito. Aceitar o Bernardo é uma coisa. Viver feliz com a síndrome dele é outra – acrescenta.

lari.rosa@zerohora.com.br

Envie uma imagem mostrando bons exemplos de como educar uma criança. Ela poderá ser publicada em www.dicrbs.com.br/educaretudo



“Ele é uma pessoa feliz. Muitas vezes estão rindo dele, e ele ri das pessoas. Dá uma lição”, diz Mari Kvitko, mãe de Bernardo, 15 anos

Acredite que seu filho pode ser tratado como os demais

▶ A inclusão visa beneficiar todos os alunos, mas é preciso critério na hora de compor as turmas. Não adianta uma criança com Síndrome de Down de sete anos estar na 1ª série se ainda tem características e interesses de uma de cinco anos. Ela não dará conta dos conteúdos e ficará frustrada.

▶ Às vezes um aluno especial de seis anos se adapta muito bem em uma turma na faixa etária dos cinco porque todos têm os mesmos interesses. Se a criança de oito convive bem com as de cinco ou seis e não é grande demais, pode permanecer. O problema são casos como quando uma menina na pré-adolescência está em um grupo com idade muito inferior. Assim, a

família costuma ser orientada a procurar uma classe especial. A inserção deve sempre considerar faixa etária e a criança individualmente.

▶ As crianças podem fazer trocas: a que tem deficiência auditiva aprenderá outras linguagens e ensinará aos colegas a comunicação por sinais, por exemplo. O benefício se dá sempre em duas vias.

▶ A família que tem a criança especial além de outros filhos precisa cuidar para não sacrificar os demais em benefício dela. Este filho não poderá se tornar o rei da casa – é claro que precisará de tratamento e de mais cuidados, mas não além do necessário. Os outros não

podem viver à volta do irmão portador de necessidades especiais.

▶ Crianças costumam ser muito empáticas. O professor precisa, porém, ter cuidado com o exemplo que está passando, não exagerando nos cuidados com o especial: a turma pode querer cercar demais esse aluno, fazendo com que vire o bebê da turma.

▶ Acredite na possibilidade de seu filho ser tratado como os outros na escola. É a condição básica para ele estar lá.

Fonte: Viviana Judit Lince Perez, pedagoga especial, professora de Educação Física, terapeuta em estimulação precoce e psicomotricidade

Não seja superprotetor

▶ Se a escola tem projeto de inclusão de alunos com necessidades especiais, procure tirar todas as suas dúvidas visitando o local antes da matrícula. Não significa que a professora dará mais atenção à criança especial do que aos demais. A inclusão não visa integrar unicamente o aluno com deficiência, mas todos, cabendo ao professor descobrir características e habilidades de cada um.

▶ Não seja superprotetor com uma criança especial ou aborde uma delas como se fosse um bebê de colo se já tiver cinco anos, por exemplo. Ela ficará introspectiva e perceberá a diferenciação. Trate-as como você trata seu filho. Faça uma leitura corporal para saber se ela está aberta à conversa. Do contrário, não insista.

▶ A criança que estranha uma outra, portadora de necessidades especiais, pergunta claramente sobre o que tem dúvida: por que ele não caminha? Por que ela tem quatro anos e ainda está de fraldas? Normalmente, ela não terá medo de se aproximar. Cuidado, no entanto, para não influenciar negativamente seu filho quanto a essas diferenças. Escute as dúvidas e responda o que ele perguntar, e não vá além do que ele quer saber no momento.

▶ Não há como traçar um percurso na vida escolar para o especial. Seu desempenho dependerá do tratamento clínico e da estimulação recebidos. Não necessariamente chegará o momento em que seu filho não acompanhará os colegas na aprendizagem – tudo, claro, depende do tipo de limitação que a deficiência impõe.

▶ A turma que recebe o aluno especial tem a possibilidade de trabalhar as diferenças de cada um, atividade que pode muitas vezes ser iniciada a partir dos questionamentos dos próprios colegas. O trabalho não será focado na deficiência, mas nas diferenças entre as crianças, como as de personalidade e comportamento.

▶ A escola que promove projeto de inclusão precisa se adaptar às novas exigências. A avaliação, se até então era objetiva (e mais competitiva), faria com que a criança especial provavelmente apresentasse um déficit muito grande. Se o professor puder atestar o que o aluno sabia e o quanto conseguiu evoluir, o processo não ficará pautado pelo fracasso, mas pelo sucesso.

▶ Trabalhe muito com seu filho a auto-estima e a vontade de seguir em frente, não desistindo frente às dificuldades.

▶ Iniciar a 1ª série não significa começar a ler e escrever imediatamente – a alfabetização começa na Educação Infantil e não termina no primeiro ano do Ensino Fundamental. Cada criança tem seu tempo, e fazer comparações com outras pode desestimular os pais. Acompanhe com a escola as pequenas vitórias a partir de março e a progressão feita pelo estudante.

▶ O percentual de alunos portadores de necessidades especiais por sala de aula costuma ficar em torno de 10% ou 20%. A inclusão procura refletir a proporção de deficientes na sociedade: em uma sala de cinema, não há metade dos espectadores com deficiência e metade sem. Essa paridade também não existe na escola.

▶ Se no primeiro dia na pracinha seu filho não brincou com ninguém, não desista. Busque alternativas: se ele já tiver um amigo, leve-o junto no começo, ou tente a aproximação com outras crianças. Não evite os cinemas ou teatros se o problema é o temor da escuridão: procure as salas que permanecem com a luz acesa ou iluminação parcial, sentem próximos à porta de saída. Persista.

▶ Frequentar a escola desde cedo, receber tratamento adequado e vivenciar diferentes meios sociais é fundamental. Propicie à criança o que seus outros filhos (ou possíveis outros) vivenciaram: se o ingresso no colégio se deu aos dois anos, permita que o especial também tenha essa oportunidade. Visite muitas instituições para poder escolher a melhor, fale do seu filho e observe a reação que isso provoca. Deixar para mais tarde poderá trazer a sensação de que a família perdeu oportunidades.

Fonte: Lúcia Lima da Fonseca, pedagoga, coordenadora pedagógica do Centro Integrado de Desenvolvimento (CID)

O difícil acesso às escolas

Professora e psicóloga, Claire Silva Lima, 47 anos, ouviu um desabafo de uma colega de escola que representa bem as dificuldades de receber alunos portadores de necessidades especiais: “Vem outra bomba para nós”, disse a outra, referindo-se a um aluno que estudaria na instituição. À época, Claire procurava um lugar para matricular a filha, Luiza, hoje com sete anos, que sofre de incontinência pigmentária. A doença, bastante rara, afeta a pele, que se cobre de bolhas e feridas, e o desenvolvimento neurológico, entre outras limitações.

– Visitei várias escolas, grandes, tradicionais. Havia muitas condições: ela precisa poder sentar nessa cadeira, comer a merenda sozinha, subir as escadas. Colocam empecilhos, dificultam, nos desencorajam – lembra Claire, que encontrou uma escola inclusiva para a filha.

O atendimento a estudantes de Educação Especial na rede regular de ensino está previsto na Constituição Federal (capítulo 3, artigo 208) e na Lei de Diretrizes e Bases (número 9.394/96, artigo 58). Como Claire comprovou, nem todos os estabelecimentos se dizem aptos a recebê-los. Para a psicóloga, a discriminação maior vem de exemplos como esse, o do difícil acesso a instituições e espaços públicos, e nem tanto das pessoas.

– A coisa mais bonita é uma escola que tem crianças de todo tipo.



Claire acredita que instituições desencorajam os pais

“Tudo tem o lado positivo”

“O Matheus tinha um ano e pouco, demorou para caminhar, para falar. O pediatra encaminhava para uma neurologista. Disse que ele tinha uma imaturidade neurológica – a nível pediátrico, seria como uma gripe. Com dois anos, foi para uma escolinha. Depois de uns meses, começaram a reclamar que ele estava agressivo, não participava das atividades, e não sabiam o que fazer com ele. Uma psicóloga disse que era falta de limites. Minha família pensava que ele era marginalizado. Achei que era problema com ele mesmo.

No final do ano, pediram um laudo de todos os especialistas que já tinham tratado dele: terapeuta, psicóloga e terapeuta ocupacional. Me chamaram para dizer que o Matheus não era uma criança normal, e que não tinha lugar para crianças não-normais lá. A creche deles era muito boa, mas para crianças normais. Tive um Natal e um Ano-Novo horríveis. Fomos a outra neurologista, que diagnosticou transtorno global do desenvolvimento com espectro de autismo, um autismo mais leve. Era importante ele voltar para uma escolinha. Ficamos muito receosos. Em abril de 2004, descobri que estava grávida. Coloquei-o em maio numa escola inclusiva. Ele adorou, mas a escola fechou no fi-

nal do ano. Hoje ele está em outra, é atendido por uma fonoaudióloga, começou com uma psicopedagoga especialista em autismo, faz todas as atividades propostas. Às vezes, no final de semana, ele pede ‘colégio, colégio’.

Ele não se integra muito com desconhecidos. O autismo afeta o lado social, ele é muito dependente, usa fraldas ainda. Começou a caminhar com um ano e cinco meses. Ele fala, mas não forma frases. Não entende que precisa se comunicar. Porém, canta tudo com perfeição.

Muitos autistas têm manias repetitivas. O Matheus, quando está ansioso, caminha na ponta dos pés e bate os braços. As pessoas param para ver. Se ele está na boa, ninguém nota nada. Na primeira escola os pais estavam reclamando de que ele era agressivo. Nunca mais aconteceu depois. Sei que vai ser uma vida bem difícil, mas meu amor por ele supera tudo. Ele é inteligente, sensível. Eu tinha muita pena, superprotegia, até hoje tenho que me corrigir. Apesar de toda a tristeza, tudo na vida tem seu lado positivo. Não fosse o preconceito, talvez demorássemos mais para descobrir o diagnóstico correto, e não teríamos encontrado um lugar tão qualificado e feliz para ele.”

Rita, 34 anos, mãe de Matheus, quatro

Data Publicação : 09/05/2005

Caderno :Meu Filho

Crianças portadoras de deficiência precisam de **ATENÇÃO FAMILIAR** e acompanhamento multidisciplinar em todas as etapas da vida

Uma vida especial

MÁRCIO BRITO

A chegada de um filho é repleta de expectativas. Antes mesmo do nascimento, os pais imaginam como será a criança, idealizam o futuro, escolhem a profissão e planejam o crescimento. Os meses de gestação são preenchidos pela confiança de gerar um filho totalmente sadio. A questão é que absolutamente ninguém está livre de ter um bebê portador de uma necessidade especial.

Quando a criança nasce com uma deficiência – física ou mental –, ou adquire um mal depois do nascimento, rompe-se o que foi idealizado até ali. Primeiramente, vão por água abaixo as esperanças, os sonhos e tudo o que foi idealizado para o descendente. Surgem, então, sentimentos de rejeição, culpa, castigo e indagação, além do desafio de criar uma criança especial em uma sociedade que lentamente deixa o preconceito para trás. Os pais passam a buscar a cura, algo que não existe.

A falta de informação dos pais sobre a deficiência e a linguagem médica prejudicam a busca por ajuda

– A mulher espera o filho perfeito. Quando vê que a criança tem problemas, não entende e começa a buscar um profissional que negue essa situação. Até se conformar, ela perdeu um tempo importante – diz a psicóloga Maria de Fátima Freitas Rossari. Os pais que ficam sabendo de alguma deficiência durante a gravidez têm mais possibilidade de enfrentar a crise.

– A dor é a mesma, mas eles conseguem conviver melhor com a realidade. No luto por ter um filho “não ideal”, os pais se atêm às deficiências, sem buscar o potencial. Eles querem uma justificativa que, em muitos casos, a medicina não tem. No momento em que se começa um trabalho com pais e filhos, os pais passam a ver a criança fora da patologia. É um processo lento e dolorido, mas quando a doença é aceita o excepcional começa a desenvol-

ver a auto-estima – diz Maria de Fátima.

O ideal é que a criança portadora de necessidades especiais receba acompanhamento multidisciplinar desde o nascimento até o fim da vida. Dependendo do caso, psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra, fisioterapeuta, assistente social, pedagogo e neurologista devem integrar o atendimento.

– Eles precisam de cuidado permanente, pois em cada etapa do desenvolvimento surgem novas crises. Os conflitos são cíclicos, de zero ano até a velhice – diz a psicóloga.

Os portadores de necessidades especiais podem freqüentar creches e escolas regulares. Nos últimos anos houve conquistas na abertura do mercado de trabalho e no transporte. Uma iniciativa publicitária do governo federal tem mostrado casos de deficientes, estimulando o respeito às diferenças, a inclusão social e dando dicas de como conviver com o portador de necessidades especiais.

– Toda escola tem de aceitar crianças com deficiência, mas eles se adaptam melhor em uma escola especial. Na escola regular, eles sofrem com a diferenciação. Na escola especial, podem não ter a mesma deficiência, mas são todos iguais. Eles se sentem mais amparados – afirma a psicóloga.

O primeiro filho da moradora de Viamão Bárbara Duarte Corrêa, 33 anos, teve complicações no parto. Dêrick, dois anos, nasceu com Síndrome de West, um tipo raro de epilepsia. Devido às convulsões, ele teve paralisia cerebral.

– No início foi muito difícil. De tempo em tempo, eu ainda preciso de consulta com a psicóloga – diz Bárbara.

Um dos grandes problemas para os pais, segundo a assistente social Rosana Fernandes Nunes, está no momento do diagnóstico. A maioria dos pais reclama da falta de informação sobre a deficiência e da linguagem inaccessível de alguns médicos. Na maioria dos casos, fica uma lacuna quando a mãe recebe a notícia, o que prejudica a procura de ajuda.

– Se há uma pessoa doente, todos se unem pela doença, porque a família adoece inteira. O que vai influenciar é o modo como se reage – afirma a psicóloga Ariane Kordyas Vieira.



DULCE HELFER/ZH

“Eu sou excepcional”

A gestação do primeiro filho parecia transcorrer naturalmente para Maria Eugênia Hübner. Porém, no final da gravidez, ela teve uma hemorragia e, no parto, a criança ficou privada de oxigênio. Susto maior só veio no quinto mês de vida. O bebê Eduardo havia ficado com uma lesão cerebral.

– Foi um choque. Naquela época era muito difícil, pois não se tinham os recursos da medicina que se têm atualmente – diz a mãe, hoje com 72 anos.

Eduardo (na foto, o segundo à esquerda) tem 43 anos e, desde a adolescência, freqüenta a Nazareth, uma das escolas da Apae. Apesar da deficiência, realiza sozinho a maioria das tarefas do dia-a-dia. Apresenta alterações de fala, um pequeno problema na locomoção, chegou a ter problemas de motricidade, vencidos com o acompanhamento profissional e familiar. Eduardo escreve bem e trabalha na fabricação de chocolates na Nazareth.

Tem grande facilidade de memorização.

– Ele sabe todos os números de telefone e aniversário de familiares e amigos da família – conta Maria Eugênia.

A deficiência de Eduardo fez com que ela e o marido, Lary Hübner (na foto, o primeiro à direita), se engajassem na luta por melhores condições para os portadores de necessidades especiais. Maria Eugênia está há 32 anos no Clube de Mães, e Lary foi presidente da Apae de Porto Alegre durante sete anos.

Maria Eugênia diz que o filho não gosta de ser visto nem tratado como criança e tem consciência de sua deficiência:

– Em uma missa, o padre foi dar a bênção da saúde. Então perguntava para cada um qual era o seu problema. Quando chegou a vez do Eduardo, ele disse “Eu sou excepcional”.



FOTOS ADRIANA FRANCISZ/H

Adaptação constante

Quando Pedro Duarte começou a ter convulsões, os pais, André e Regina, receberam de um neurologista a notícia de que o menino não passaria dos nove anos de idade. A doença de Pedro, hoje com 15 anos, foi identificada aos dois anos e meio. Ele é portador da Síndrome de West.

– A gente não acreditava que podia levar à morte, mas um médico disse que, se as convulsões continuassem, ele poderia morrer – lembra Regina.

O problema surgiu no parto. Pedro sofreu uma paralisia no lado direito do cérebro, o que provoca problemas de memória. Devido à paralisia, ele não aprendeu a ler e escrever e não consegue decorar quantidades e valores.

Diagnosticada a síndrome, toda a família teve de se adaptar às peculiaridades do problema.

Pedro tem condições de sair sozinho com os amigos para jogar bola e é encorajado pelo pai a andar de ônibus desacompanhado. Para uma eventual crise, usa uma correntinha no pescoço com nome e número de telefone.

Pedro entrou em uma escola especial e tentou o ensino regular em um colégio público. Ficou estagnado na 1ª série e parou de estudar. Agora deve voltar.

– Ele se achava louco, mas teve maturidade para entender que só é diferente dos outros. Hoje a gente só pensa em viver o dia-a-dia – diz Regina.



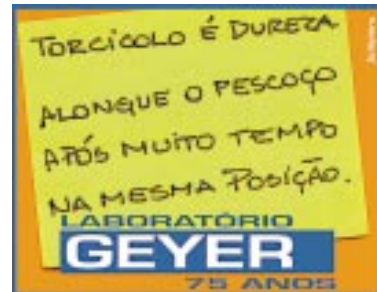
Vida de dedicação

Dirce San Martin está preparando um livro para contar a história de sua filha Karen, de 29 anos. O autismo foi descoberto quando ela tinha dois e meio, época na qual começaram a aparecer agitação, resistência a abraços e carinhos, agressividade e dificuldade nas mudanças de rotina.

– Quando ela nasceu, a felicidade da família se completou. Quando soubemos do autismo, a alegria se transformou em apreensão.

Aos cinco anos de idade, Karen ingressou em uma escola especial. Frequentou até os 24 e parou. Negava-se a voltar. Foi quando Dirce e o marido decidiram fundar o Centro Terapêutico e Psicopedagógico (Cetepê) e aproximar mais ainda Karen da família. Formaram uma equipe multidisciplinar e receberam outras crianças com problemas neurológicos. Na escola, elas têm acompanhamento psicológico, de terapia ocupacional e fonoaudiológico.

– Tivemos dificuldades. Não achamos que poderia acontecer com a gente. Não éramos informados, e toda a família acabou sofrendo. A partir daí procuramos psicólogos e começamos a viver na dedicação. Quem tem filhos com problemas vai aprendendo muito com o tempo. Decidi montar o Cetepê por amor, porque eu queria fazer mais alguma coisa por ela – diz Dirce.



SAIBA MAIS

- Ser deficiente mental é ter um desenvolvimento atrasado ou incompleto da inteligência, que pode dificultar a aprendizagem
- As deficiências podem ter causas pré-natais, perinatais e pós-natais. Podem provir de doenças contraiadas pela mãe na gestação, de problemas genéticos e de malformação do feto
- Também pode-se adquirir deficiência quando criança ou adulto, por doenças que deixam seqüelas (sarampo, glaucoma, poliomielite, acidentes vasculares, subnutrição, traumatismos e esclerose múltipla, entre outras)

DICAS

- Trate seu filho deficiente como uma pessoa normal
- Acredite na sua capacidade mas respeite seus limites
- Aceite a deficiência. Ela existe e você precisa levá-la na sua devida consideração. Não subestime as possibilidades nem superestime as dificuldades
- Permita que ele possa conviver com seus semelhantes e com a sociedade
- Inclua-o na rotina familiar e social, dando-lhe responsabilidades
- Ter uma deficiência não faz com que uma pessoa seja melhor ou pior do que uma pessoa não-deficiente
- Provavelmente, por causa da deficiência, essa pessoa pode ter dificuldade de realizar atividades. Por outro lado, poderá ter extrema habilidade para fazer outras
- Quando quiser ajudar alguém com deficiência, ofereça auxílio. Sempre espere sua oferta ser aceita antes de ajudar. Pergunte a forma mais adequada para fazê-lo. Mas não se ofenda se seu oferecimento for recusado. Nem sempre as pessoas com deficiência precisam de auxílio

Fonte: psicóloga da Apae Ariane Kordyas Vieira

Chá Verde
Comprovado pela ciência e sabedoria popular como um poderoso agente emagrecedor!
Com qualidade de vida

EMAGRECEDOR!

Em Cápsulas e Sachês

- REDUZ até 20% chance de Infarto;
- PREVINE o Câncer;
- REGULA o Apetite;
- VITAMINAS A, B1, B2, B12, Cálcio, Potássio, Níquel, Cobre e Timino.

A Venda nas Farmácias e Lojas de Produtos Naturais

Ligue: *51-294696 para Horário Comercial
542.2611
542.3283

Amor à Vida
Produtos Naturais

Dr. Isaias Levy
Ortopedia - Traumatologia
Doenças Osteometabólicas
Cremers 3903
Comunica o novo endereço do consultório.
Rua: Luciana de Abreu, 267 / 206
Moinhos de Vento/ PoA
Fone/ Fax: (51) 3222-1571

Walt Whitman
Psicanálise e Psicoterapia

Fonoaudiologia
Atendimento Adulto e Infantil
• Distúrbios de Linguagem, Voz, Fala e Audição
• Particular & Convênios

Psicologia • Terapia de Casal, Adolescentes e Transtornos Alimentares

Porto Alegre Gravataí Novo Hamburgo
3226.7128 488.4628 3042.6030

SERVIÇO

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), de Porto Alegre:

- Escola de Educação Especial Nazareth – Rua General Jonatas Borges Fortes, 339, bairro Glória – Fone (51) 3336-8910
- Centro de Atendimento e Desenvolvimento do Excepcional (Cade) – Rua Maestro Mendanha, 71, bairro Santana – Fones (51) 3223-6488, 3028-8356 e 3028-8362
- Escola Especial Dr. João Alfredo de Azevedo – Rua Catarina Andreatta, 130, Vila Nova – Fone: (51) 3248-1313

Caso queira informações ou orientação no Interior, procure a Apae de sua cidade

Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) – Avenida Prof. Cristiano Fischer, 1510 – Fone: (51) 3382-2200

Centro Terapêutico e Psicopedagógico de Porto Alegre (Cetepê) – Plínio Brasil Milano, 1.235 – Fone: (51) 3328-6388

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades (Faders): (51) 3228-2112

O Centro de Atendimento e Desenvolvimento do Excepcional (Cade/Apae) realiza, de 15 a 17 de julho, das 10h às 22h, um feira de produtos produzidos pelos portadores de necessidades especiais das oficinas pedagógicas. Estarão expostos produtos de artesanato, marcenaria, serigrafia e culinária. O evento ocorre no 2º andar do Praia de Belas Shopping.

Dr. Luiz Sérgio Torres
Médico Psiquiatra

Instituto de Saúde Emocional

Tratamento para depressão, fobias, síndrome do pânico, dependência química, estresse.

Coordenador do ISE

Autor do livro: *Viva Livre das Drogas*
Conscientização e Prevenção

Av. Getúlio Vargas, 1184 - sala 404
Menino Deus - Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3231-2901 - Fone/Fax: (51) 3231-1459

IMPOTÊNCIA

- Ejaculação precoce
- Aumento de pênis **Dr. Bayard**
- Doença Peyronie

Autor do Livro
A medida do homem

Florencia Ygartua 374 - Moinhos de Vento
(0xx51) 3332.3191/3331.9682
(0xx11) 50934344

CIRURGIA PLÁSTICA
estética e reconstrutiva
AMBOS OS SEXOS

- Face • Mamas • Abdômen
- Liposculptura • Nariz
- Microtransplante Capilar
- "Peelings" • Câncer de Pele

DRA. ROSANNE PLATCHECK
Rua Miguel Testes, 672 © 3333-7227

Aparelhos Auditivos
Vendas e Assistência Técnica

c/ ACOMPANHAMENTO DE FONOAUDIÓLOGA

À VISTA ou A PRAZO o melhor preço do mercado

TÉCNICA AUDIÇÃO

Andradas 1755 cj. 51
3 2 1 2 . 5 0 6 5

ORTOSOM

ONDAS de CHOQUE em Ortopedia

Dr. Paulo Rockett
Cremers 9497

Esporão de Calcâneo
Calcificações no Ombro
Bursite Trocântérica
Epicondilite (Cotovelo)
Tendinites Crônicas

Praça Dom Feliciano, 78 conj. 803 - Porto Alegre
Fones: (51) 3225.4800 - 3225.9569

Atenção Diabéticos!

GRÁTIS
Medidor de Glicose
GlucoMen

Na compra de:
1 Lancetador
+ 50 Tiras

Por apenas:
R\$ 95,00

Incluído no pacote:
• 10 Lancetas
• Bateria
• Estojo

Enviamos p/ todo o estado via Sedex.

Ligue grátis: 0800 5 104656

R. Senhor dos Passos, 223 - 3224.4677
Av. Praia de Belas, 1808 - 3231.4560

Farmácia do Diabético
Sempre a Melhor Atendimento!

RESPONSÁVEL TÉCNICO: JOSÉ C. TAICHER

CLÍNICA TAICHER
30 anos

Cirurgia de CATARATA por
Facoemulsificação, microincisão
sem pontos com anestesia
tópica (sem injeção)

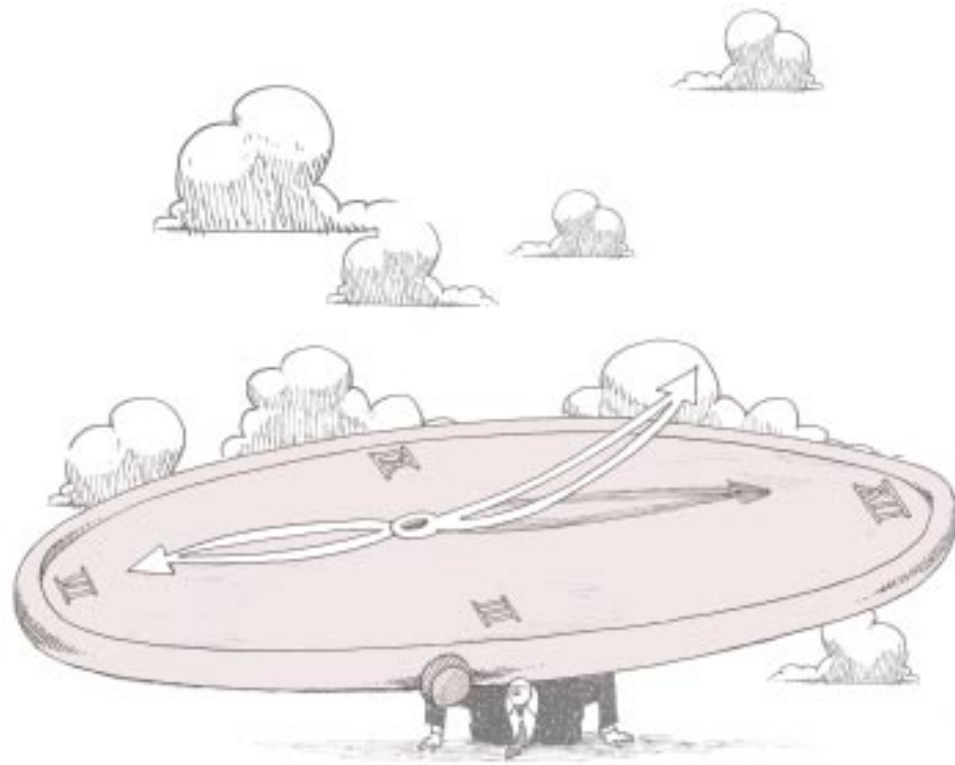
LASIK Cirurgia de Miopia,
Astigmatismo e Hipermetropia
com **EXCIMER LASER** na própria clínica

(51) 3333-9377
Rua Carlos Gomes, 1145 - Porto Alegre
(51) 594-9090
Rua Bento Gonçalves, 2537 - Novo Hamburgo

A sucessão na Câmara

S em condições de se sustentar na presidência da Câmara desde que a exibição de um cheque comprovou seu envolvimento em irregularidades na atuação legislativa, o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) decide neste início de semana o seu futuro político. O desfecho, que diz respeito direto à própria democracia, precisa ser encarado com a responsabilidade que faltou na sessão do início deste ano, quando o parlamentar foi guindado pelo voto ao terceiro mais importante cargo político da República. Sob todos os aspectos deplorável, o episódio precisa servir para mostrar exatamente o que não deve ser feito neste momento em que líderes preocupados com o que ainda resta de credibilidade na Câmara estão na iminência de ter que chegar a um acordo sobre a sucessão.

Certamente, ninguém imagina que, em meio ao exacerbamento inevitável provocado por três CPIs destinadas a investigar simultaneamente denúncias de corrupção, o processo será concluído com facilidade. Este é o momento, porém, de os deputados demonstrarem na prática a consciência de que a gravidade da crise política precisa ser tratada com responsabilidade por líderes políticos. Em qualquer momento, mas principalmente numa situação atípica como a enfrentada hoje pelo país, o resgate da credibilidade de uma instituição como a Câmara precisa ser colocado acima dos interesses pessoais ou partidários. Ainda mais quando envolve o substituto de um político que é o segundo nome para uma eventual substituição do presidente da República. E, no momento em que deveria estar atuando como magistrado de um processo de autodepuração do Legislativo, está às vésperas de enfrentar um processo que pode significar a perda do cargo e do mandato.



A sociedade tem razões de sobra para supor que a eleição do ocupante de um posto tão importante deveria ter merecido mais atenção por parte dos deputados. Defensor explícito de práticas políticas das quais o Congresso vem sendo cobrado a se livrar pela sociedade, o parlamentar pernambucano não se mostrou capaz de se livrar delas para se mostrar à altura do cargo. Por isso, o presidente da Câmara precisa demonstrar capaci-

CONTRA O TEMPO

O deputado Severino Cavalcanti precisa se decidir antes de a Mesa da Câmara enviar ao Conselho de Ética o pedido de cassação apresentado por partidos de oposição. A partir daí, o parlamentar corre o risco de perder os direitos políticos.

dade, neste momento, de avaliar o que é melhor para o país. Ao mesmo tempo, cabe aos deputados mostrar que são capazes de corrigir um equívoco de custo tão elevado para o país.

Diante do impasse criado, a sociedade espera que os políticos possam agir com grandeza. O país não pode estender por

mais tempo que o necessário esse processo do qual precisa sair mais ético e com a democracia fortalecida.

Resultados insuficientes

C om a presença de mais de 170 chefes de Estado e de governo, a ONU encerrou no fim de semana em Nova York a cúpula convocada para fazer um balanço das iniciativas e dos resultados conseguidos nos compromissos para reduzir a fome e a miséria no mundo. Estabelecidas há cinco anos, as Metas do Milênio são um generoso projeto para interromper a marcha da desigualdade e restringir à metade as principais carências sociais do planeta até 2015. Infelizmente, o balanço não é dos mais otimistas.

Muitos dos países não conseguiram demonstrar a capacidade de atingir os objetivos propostos e, ao contrário de verem reduzidas as desigualdades sociais, viram aumentar. Em países como o Brasil, por exemplo, que conseguiu avanços na universalização da educação e na qualificação em áreas da saúde, a mazela das diferenças ainda continua sendo um desafio muito longe de estar equacionado e resolvido. Além da “lucidez estratégica” que o presidente Lula cobrou dos países desenvolvidos na ajuda aos mais pobres, estes deverão encontrar fórmulas que tornem

mais eficazes os recursos aplicados no esforço para eliminar o apartheid social em suas cidades e campos. A própria experiência que os Estados Unidos estão vivendo neste momento, quando o poder público tenta socorrer os milhares de desabrigados do furacão Katrina, especialmente em New Orleans, promoverá um choque de consciência naquele país ao identificar as dificuldades de levar ajuda a bolsões de uma insuspeitada pobreza norte-americana. O planeta é constituído por centenas de regiões com problemas como aqueles, à espera de soluções e de socorro.

Mais do que uma questão escolar

LUCIANA PENNA *

A s discussões que tenho visto ultimamente sobre inclusão se referem à inclusão escolar. Geralmente o ponto é a escola. Qual a escola ideal para crianças com necessidades especiais? A partir desta pergunta, costumamos ouvir sobre o currículo, os profissionais e a metodologia das escolas, portanto, se existe uma escola especial voltada para o especial, por que incluí-lo na escola regular? Por que fazer com que a escola regular – que foi feita para a criança “normal” – tenha que aprender a conviver com a criança especial? Por que o professor que não optou pela pedagogia especial agora tem que aceitar essa situação? Por que os pais das crianças “normais” têm que aceitar a convivência de seus filhos com as crianças especiais? Essas são perguntas diárias de quem vive no meio escolar. São perguntas de profissionais e pais que não aceitam as crianças especiais como cidadãos.

A questão é: a criança especial é um cidadão? Ou é apenas um ser digno de pena? E essas crianças viverão em escolas para sempre? Serão “adultos escolares”? Que oportunidades terão? Onde poderão viver e trabalhar? De que forma poderão se sustentar? Qual é o futuro da criança especial?

O ponto a ser pensado não deveria ser apenas sobre a escola ideal para essas crianças, mas sim sobre a sociedade em que elas vivem.

Não está em questão que as crianças com necessidades especiais precisem de atendimento especializado. Isso é óbvio, mesmo que não seja a realidade da maioria das escolas. Tanto na escola regular que faz a inclusão quanto na escola especial, é necessário um acompanhamento técnico, é necessário conhecimento, é necessário trabalhar a individualidade do ser e suas necessidades. Mas é necessário também amor e aceitação. E isso não é privilégio da educação especial.

No entanto, nossa sociedade não aceita o especial. Não quer conviver com ele, não quer conhecê-lo e descobrir que ele possui habilidades como qualquer outro ser. Não quer dar oportunidades, não quer se misturar, não quer a inclusão. As pessoas ainda acreditam que são superiores, sem limitações, perfeitas, normais, dignas de todo o espaço social, e capazes de decidir e julgar quem merece o espaço na sociedade.

A escola é importante, sem dúvida, mas é o único lugar cedido para essas pessoas viverem? Talvez, se a sociedade aceitasse um pouco mais as diferentes formas de ser, a inclusão aconteceria naturalmente e as pessoas seriam mais realizadas e menos perfeitas.

* Pedagoga, psicopedagoga

RBS



FUNDADOR: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)

Conselho de Administração
Presidente - JAYME SIROTSKY

Conselheiros - CARLOS MELZER, DAVID CASIMIRO MOREIRA,
FERNANDO ERNESTO CORRÊA (vice-presidente),
MARCELO SIROTSKY, NELSON PACHECO SIROTSKY,
OSCAR de PAULA BERNARDES NETO,
CLÁUDIO THOMAZ LOBO SONDER, PEDRO SIROTSKY

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-presidente
Nelson Pacheco Sirotsky

Vice-presidente executivo
Pedro Pullen Parente

Vice-presidentes de unidades

AFONSO ANTUNES da MOTTA (Televisão e Rural)
GERALDO CORRÊA (Rádios, Jornais e Online)

Diretores executivos
ANTÔNIO TIGRE (Gestão)
EDUARDO DAMASCENO FERREIRA (Finanças)

ZERO HORA

FUNDADA EM 4 DE MAIO DE 1964

RBS JORNAIS

Vice-presidente: GERALDO CORRÊA
Diretor Operacional: CHRISTIANO NYGAARD
Diretor de Redação: MARCELO RECH
Diretor de Comercialização: FLÁVIO STEINER

Data Publicação : 19/09/2005

Editoria : Opinião
Seção : Editoriais
Ilustração : Desenho
Assunto :
Editorial, Opinião

Nota quatro ou zero?

PAULO BROSSARD *

No artigo de segunda-feira passada, comentei entrevista do ministro Roberto Rodrigues à Gazeta Mercantil, em que ele revelava, com franqueza, sua "profunda frustração" pelo que sonhara, sem conseguir fazer, à frente do Ministério da Agricultura; a causa a de sempre, o congelamento das verbas orçamentárias, fruto da onipotente tesoura da Fazenda. Não poderia ter sido mais claro o ministro. Sua tristeza decorria de não ter conseguido "fazer programas de defesa sanitária mais abrangentes, como modernizar e equipar laboratórios, porque faltam recursos, é motivo de frustração". E para que dúvida não restasse, atribuiu "nota quatro para o tratamento que o governo Lula dá ao setor agropecuário".

No dia seguinte ao da publicação do artigo "Nota quatro", tornou-se público fato a revelar não ser infundada a "profunda frustração" do ministro da Agricultura; um

Boas razões tinha o ministro da Agricultura para confessar sua "profunda frustração"

surto de febre aftosa irrompera no extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul. A notícia cruzou fronteiras e seus desastrosos efeitos correram mundo. "Foco de aftosa em MS ameaça a exportação de carne", "UE e mais quatro países embargam a compra de carne brasileira", "Aftosa: UE vê descaso do Brasil", foram manchetes nos dias seguintes. Ao mesmo tempo, o secretário do Ministério informava que a "defesa sanitária teria R\$ 91 milhões em todo o país para 2005, mas apenas R\$ 12 milhões foram liberados". Um dos

noticiários de televisão, por sua vez, em dois dias sucessivos, informou que 80% da verba destinada à defesa sanitária fora contingenciada pela Fazenda, pseudônimo pretensioso do corte puro e simples do orçamento federal.

Em sua essência, estes os fatos. Boas razões tinha o ministro da Agricultura para confessar sua "profunda frustração" por não ter feito o que sonhara e precisava fazer como ministro; enquanto isso, não faltaram R\$ 105 bi-

lhões para pagamento de juros da dívida pública em apenas oito meses de 2005.

Pelas bandas do Douro, onde se encontra, o presidente da República nega falta de verba para o combate à aftosa, acusa o pecuarista ou os pecuaristas como responsáveis pelo surto da febre em Eldorado do MS e anuncia apoio a projeto de lei que penifica quem deixa de vacinar o gado bovino.

Surpreende-me o presidente que nada sabia a respeito da corrupção a espriar-se pelo governo, pelo seu partido, pela sua base aliada; não tinha notícia dos "empréstimos bancários", do "caixa 2", do mensalão, dos milhões que andavam daqui para lá, das malas e das cuecas empregadas em originais operações, como se nada lhe dissesse respeito; caem ministros, cai a direção do PT, figurões da base parlamentar do governo, ou renunciam o mandato, ou correm o risco de ser expelidos do parlamento, e, segundo a versão oficial, o presidente não sabia de nada, e, longe de tudo, sabe que o dono do gado atingido pela aftosa no extremo sul de MS é o responsável pelo surto da febre.

Não sabia nada do que se passava na sede oficial do governo, mas sabe tudo o que se passa no interior de uma fazenda na fronteira do Brasil com o Paraguai. Até o responsável pela febre aftosa. No mínimo, é estranho o fenômeno.

Aliás, na sua versatilidade, o presidente tem sido surpreendente e estranho. Quando o escândalo da corrupção se tornou conhecido em suas formidáveis dimensões, falou em cortar a própria carne. Mostrou-se implacável. Quem errou responda pelo erro. Doa a quem doer. Eis senão quando é envolvido pelo leite da bondade humana, de que falava Shakespeare.

Para responder às malignidades do Congresso e das CPIs, promove no Planalto sarau de delicadas amenidades dedicado aos seus amigos envolvidos como beneficiários do "caixa 2", que passou a ser decorosa instituição nacional, e não compromete a ninguém. Tão decorosa que os recursos de que dispõe parece terem origem angelical. E os segredos dos anjos não chegam à terra.

* Jurista, ministro aposentado do STF

Refletindo sobre a inclusão

PATRICIA ZILLMER *

Vivemos em nosso país uma absurda e lamentável incoerência política. A cartilha do Ministério Público Federal (O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino) resalta que a "...instituição filantrópica que mantém uma escola especial, ainda que ofereça atendimento educacional especializado, deve providenciar imediatamente a matrícula das pessoas que atende, pelo menos daquelas em idade de sete a 14 anos, no Ensino Fundamental, em escolas comuns da rede regular" (p.14). "...é possível que dirigentes de instituições que incentivam e não tomam as devidas providências em relação a esta situação possam incorrer em penas (art. 29, CP)", diz a cartilha.

Na escola especial se ensina o que tem significado para quem aprende. Seria isto ilegal?

Neste sentido poderemos pensar que o ensino comum na forma como está organizado atualmente beneficiaria a todos igualmente. Assim sendo, a matrícula desses alunos no ensino comum daria conta da inclusão prevista na

Constituição Federal e na Convenção da Guatemala. Todos têm o direito à educação, este é um direito inegável. Entendo que, apesar do direito à educação, nem todos são iguais, nem todas as deficiências são iguais, nem todos aprendem do mesmo jeito; logo, se entendemos que a inclusão é um direito de todos, é necessário prever atendi-

mentos a essas diversidades, para auxiliar essas crianças em seu desenvolvimento, caso contrário, estaremos apenas transferindo à escola comum a responsabilidade da inclusão. A inclusão escolar perpassa outras formas de inclusão, em outros serviços, como, por exemplo, o atendimento público em saúde.

A escola especial, quando encaminha os alunos para o ensino comum, considera alguns aspectos para efetivar tal encaminhamento, entre eles, se este aluno apresenta um mínimo de autonomia em situações do dia-a-dia, como por exemplo: alimentar-se sozinho, realizar sua higiene pessoal, se consegue permanecer num grupo por um período de tempo, se suporta mudanças do dia-a-dia, se apresenta situações esporádicas ou freqüentes de crises de agressão ou auto-agressão etc.

Ocorre que nas escolas especiais existe um grupo significativo de crianças e adolescentes que, além da deficiência mental ou doença mental, apresentam essas situações de dependência em atividades básicas do dia-a-dia. Na escola especial se ensina o que tem significado para quem aprende. Seria isto ilegal?

Cada criança com algum tipo de deficiência ou transtorno do desenvolvimento é única. Só faremos a inclusão quando essas crianças forem vistas e consideradas em sua individualidade, em sua singularidade, quando lhes forem oferecidas as ferramentas necessárias para que possam se desenvolver e crescer naquilo que lhe for possível, quando elas realmente forem atendidas em suas necessidades.

* Pedagoga - educação especial, especialista em transtornos do desenvolvimento

IOTTI

RONALDO (INTERINO)

LULA NO EXTERIOR



iotti@zerohora.com.br

BRASÍLIA

Ana Amélia Lemos

ana.amelia@rbs.com.br



Estado quebrado

O diagnóstico feito pelo presidente do PPS regional, Nelson Proença, sobre a situação do Estado é preocupante. Faldo financeiramente, o RS poderá se transformar em parte bem pobre do país. A produção de soja e calçados deixa de ser competitiva na visão do ex-secretário de Desenvolvimento, que propõe uma profunda reforma e um projeto de futuro para evitar que o Estado sofra de um irreversível processo de isolamento em comparação com as economias de outras regiões.

Quebrado

Falando para produtores de fumo de Santa Cruz do Sul, Nelson Proença (PPS, foto) reconheceu que é crítica a situação financeira, comprometendo o pagamento do 13º salário ao funcionalismo. As indústrias calçadistas estão se transferindo para o Nordeste e logo estarão fazendo as malas para a América Central (El Salvador e Honduras).



BANCO DE DADOS

Quebrado 2

Com críticas à falta de empenho do governador Germano Rigotto nas reformas estruturais, Nelson Proença também previu que a produção de fumo está com os dias contados pelas novas regras de acordos internacionais de combate ao tabaco.

Digital

O presidente da Abert, José Inácio Pizani, que participa amanhã da abertura do 18º Congresso da Agert, no Hotel Laje de Pedra, em Canela, anunciará que a implantação da TV digital no país vai demorar para acontecer. O tema será debatido no encontro.

Quebrado 3

A crise financeira impede investimentos necessários ao crescimento da economia gaúcha, como estradas, por exemplo. Um projeto de futuro para o Estado vai exigir sacrifício de todos, defendeu o presidente do PPS, que trabalhou para a instalação da GM e da Ford no Estado.

Digital 2

A expectativa de que as transmissões dos jogos da Copa do Mundo de 2006 fossem com sistema digital não se confirmou porque a Globo e a Eletros (associação dos fabricantes de televisores) reconhecem as dificuldades técnicas da mudança dos sistemas.

Êxodo

Patrocinada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Univates pesquisa as sucessões nas propriedades familiares do Vale do Taquari. O resultado pode ajudar na adoção de políticas públicas para evitar o êxodo rural.

Data Publicação : 17/10/2005

Editoria : Opinião

Seção : Opinião

Ilustração : Foto/Charge

Assunto :

Charge, Chargista, Cartum, Iotti, Opinião, Artigo, Coluna, Colunista, Comentário, Grifo

Educação Mãe relata problemas para matricular filhos em uma escola regular

Dificuldades para incluir criança com deficiência

Mesmo com o apoio de uma lei que completará 11 anos em dezembro, pais de crianças portadoras de deficiências ainda enfrentam dificuldades para matricular os filhos na rede regular de ensino.

O desabafo da médica Luciane Nascimento Lubianca, publicado ontem em Zero Hora, sensibilizou dezenas de gaúchos e voltou a chamar a atenção para o problema.

Numa situação que aflige centenas de pais todos os anos, ela enfrentou a resistência de escolas porto-alegrenses em aceitar a matrícula de seus trigêmeos de quatro anos, que sofrem com dificuldade de locomoção – efeito de uma paralisia cerebral provocada por uma infecção contraída no hospital.

É uma barreira que a Lei de Diretri-

zes e Bases da Educação (LDB) tenta transpor desde que entrou em vigor, em dezembro de 1996. Para a coordenadora do curso de pós-graduação em Educação Inclusiva da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Alvina Themis Silveira, a legislação impôs avanços na última década, mas tem a falta de formação dos professores como obstáculo principal.

– Não somos iguais. São nessas diferenças que nós podemos construir saberes. Só que isso não vai ocorrer enquanto o professor não tiver esse preparo – afirma.

Luciane encontrou outras resistências na tentativa de assegurar a educação dos filhos, que já têm vaga para o ano letivo de 2008 depois de uma batalha de semanas. Ela percebeu o preconceito – e não apenas dos professores, mas também da própria sociedade. Em conversas com diretores e

“Inclusão escolar, o que é isto? Somos especialistas em criar leis. Uma lei não abraça uma criança. Podem publicar todos os nossos direitos, de nada adiantará se não houver uma mão que acolha! Ninguém é imune à vida, as dificuldades podem ser superadas. As oportunidades de aprendermos com as diferenças são desconfortáveis num primeiro momento e eternamente reveladoras.”

Luciane Nascimento Lubianca, em artigo em Zero Hora



psicopedagogos, descobriu que escolas preparadas para crianças com deficiências perdem alunos sem necessidades especiais em razão da resistência dos pais.

– As pessoas precisam entender que um filho “normal” só terá ganho na convivência com crianças especiais – defende.

As escolas também resistem, na opinião da médica, porque precisariam fazer investimentos em especialistas e equipamentos especiais.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), Osvino Toillier, defende o esforço das instituições particulares em se adequar à lei. Diz que elas preparam professores para receber os alunos es-

peciais, mas acredita que nem sempre a rede regular é a melhor opção:

– As escolas não têm condições de receber alunos com as mais diferentes necessidades, porque cada uma exige um suporte tecnológico e de pessoal diferente. Às vezes, o fato de buscar uma escola especializada não significa segregação.

A Secretaria de Educação (SEC) admite as barreiras, mas apresenta um plano para superá-los. A responsável pela seção de Educação Especial, Selenne Lima Barbosa, explica que a SEC implanta escolas-pólo, nas quais os alunos com deficiências recebem tratamento adequado no turno inverso às aulas na escola regular. A secretaria informa que oferece cursos de aperfeiçoamento para os professores.

O que fazer

Saiba como agir em caso de negativa da escola em aceitar matrícula de aluno portador de deficiência

> Em caso de um pai não conseguir matricular o filho com necessidades especiais em uma escola regular, a coordenadora do curso de pós-graduação em Educação Inclusiva da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Alvina Themis Silveira, sugere, inicialmente, a tentativa de uma negociação com a escola

> O pai deve, segundo a especialista, mostrar-se disposto a se tornar um parceiro da escola, com perguntas como “Em que situações posso ajudar?”. Adotar um comportamento de exigência, na opinião de Themis, só agrava a situação em um primeiro momento

> Caso o entendimento com a escola não seja possível, a professora sugere que os pais busquem o apoio do Ministério Público. A especialista, no entanto, teme pela qualidade no atendimento nas situações em que a Justiça determine a reserva da vaga para o aluno portador de deficiência.

ZERO HORA.COM

Leia o artigo da médica Luciane Nascimento Lubianca publicado em Zero Hora de terça em www.zerohora.com

ALBRAS, FRAS-LE, GERDAU RIOGRANDENSE, PETROBRAS ABASTECIMENTO E PROMON. BUSCAMOS EXEMPLOS DE BOA GESTÃO. E ACABAMOS ENCONTRANDO 5.

PNQ. HÁ 16 ANOS LEVANTANDO A BANDEIRA DA EXCELÊNCIA EM GESTÃO.

O Prêmio Nacional da Qualidade® é o maior reconhecimento à gestão brasileira. Este ano o prêmio teve 5 vencedores: Albras, Fras-le, Gerdau Riograndense, Petrobras Abastecimento e Promon. Estas empresas focaram na qualidade de suas gestões para crescer e prosperar em seus setores. E estão ajudando o Brasil a buscar novos paradigmas para crescer com sustentabilidade.

FNQ FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE
EXCELÊNCIA EM GESTÃO

Data Publicação : 31/10/2007

Zero Hora.com (selo)

Observação CDI:

Repórter (es):

Inclusão _ Jaisson Valim